

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A Ascensão do Nazismo e a Reestruturação Política e  
Econômica do Estado Alemão (1933-1938)**

**PEDRO CRUZEIRO EGERT**

Matrícula: 101120058

[pedroegert@yahoo.com.br](mailto:pedroegert@yahoo.com.br)

**ORIENTADOR: Professor Almir Pita**

[almir@nuca.ie.ufrj.br](mailto:almir@nuca.ie.ufrj.br)

**Setembro 2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A Ascensão do Nazismo e a Reestruturação Política e  
Econômica do Estado Alemão (1933-1938)**

---

**PEDRO CRUZEIRO EGERT**

Matrícula: 101120058

[pedroegert@yahoo.com.br](mailto:pedroegert@yahoo.com.br)

**ORIENTADOR: Professor Almir Pita**

[almir@nuca.ie.ufrj.br](mailto:almir@nuca.ie.ufrj.br)

**Setembro 2010**

*As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. Almir Pita, por todo trabalho, compreensão e paciência dedicada a este trabalho.

Aos meus amigos, que me ajudaram e me apoiaram sempre, mesmo nos momentos de maior dificuldade.

A minha família, sempre presentes, pelo constante apoio, principalmente por sempre ter confiado em mim, até mesmo naqueles momentos que até eu mesmo duvidava.

## RESUMO

O presente estudo analisa a ascensão nazista na Alemanha na década de 1930, dando enfoque nas principais reformas políticas e econômicas implantadas na época. Para realizar tal análise, primeiramente será feita uma contextualização histórica, onde serão observadas questões particulares da história da política interna alemã desde sua unificação em 1871, assim como conjunturais que envolvem a crise da democracia liberal na década de 1920 e a crise de 1929. A ascensão do pensamento nazista na década de 1920 servirá de pano de fundo para a análise das reformas políticas realizadas pelo governo alemão na década de 1930. Além disso, serão detalhadas as principais medidas de cunho econômico implantadas nos primeiros anos do governo de Hitler, realizando um breve paralelo com as medidas tomadas nos EUA no mesmo período e com a Teoria *Keynesiana*, desenvolvida naquela década.

# ÍNDICE

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	7
<i>CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</i> .....	9
<b>I.1 II Reich</b> .....	9
<b>I.2 República de Weimar</b> .....	15
<b>I.3 A crise do capitalismo internacional na década de 1920</b> .....	22
<i>CAPÍTULO II: A NAZIFICAÇÃO DA ALEMANHA</i> .....	28
<b>II.1 Ascensão do Partido Nazista Alemão</b> .....	28
<b>II.2 A reestruturação política do Estado Alemão Nazista</b> .....	33
<i>CAPÍTULO III: A RETOMANDA ECONÔMICA ALEMÃ (1933-38) E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL</i> .....	42
<b>III.1 A recuperação econômica da Alemanha nos primeiros anos do governo nazista (1933-38)</b> .....	42
<b>III.2 O New Deal norte-americano</b> .....	50
<b>III.3 A Teoria Keynesiana</b> .....	56
<i>CONCLUSÃO</i> .....	62
<i>BIBLIOGRAFIA</i> .....	64

## INTRODUÇÃO

Durante os últimos 60 anos, poucos assuntos foram tão debatidos nos mais diversos meios como a Segunda Guerra Mundial. Lançamentos de teses, livros e filmes sobre o tema têm sido constantes em todo o mundo desde meados do século XX. Apesar do grande interesse que o assunto desperta, o grande público desconhece a conjuntura que levou a eclosão do conflito.

Ao investigar as origens da Segunda Guerra Mundial é inevitável uma abordagem direta a história da Alemanha na década de 1930. Isso porque as raízes da guerra estão diretamente ligadas ao período onde ocorreu a ascensão do governo nazista de Adolf Hitler, fato que acabaria por mudar o rumo da história da humanidade para sempre.

Atolada em uma gravíssima crise, que se iniciou após final da Primeira Guerra Mundial em 1918 e exceto por um breve período, durou grande parte da década de 1920, a economia alemã sofreu uma grande guinada com a ascensão dos nazistas. Com Hitler no poder, a Alemanha acabaria experimentando, uma completa reestruturação política e um significativo crescimento econômico, principalmente nos primeiros anos do governo nazista. Essas mudanças tanto no campo político quanto econômico, criaram as condições necessárias para que a Alemanha pudesse iniciar sua forte política expansionista nos anos que se seguiram, até o início da Segunda Guerra Mundial.

O objetivo dessa presente monografia é compreender os fatores associados a essa retomada do crescimento econômico na Alemanha a partir da ascensão de Hitler em 1933 até 1936. E para entender essa retomada é necessário também, analisar um pouco da história alemã desde a sua unificação em 1870 até o início do III *Reich*<sup>1</sup>, assim como a conjuntura internacional da década de 1920, uma vez que não se pode entender a ascensão nazista como um evento estritamente local, embora não se possa descartar as peculiaridades da história do país. É nesse período onde conseguimos encontrar os

---

<sup>1</sup> III *Reich* – Forma pela qual ficou conhecido o governo alemão nazista nas décadas de 1920 e 1930. *Reich* em alemão significa Império, e a designação III é uma referência a dois outros impérios que haviam existido na região: o Sacro Império Romano-Germânico (I *Reich*) entre os séculos de X e XIX e o Império Alemão (II *Reich*) entre 1871 e 1918.

fatores que levaram a Alemanha a crise, a sua recuperação econômica e posteriormente a guerra.

A presente monografia encontra-se organizada em três capítulos. O capítulo I faz uma contextualização história, abordando a desde a unificação da Alemanha em 1870 até a República de Weimar<sup>2</sup>, sem deixar de trazer uma breve análise da crise do capitalismo ocidental na década de 1920. O capítulo II trata das mudanças políticas na Alemanha, desde o surgimento do Partido Nazista na década de 1920 até a nazificação do país nos primeiros anos do governo de Hitler. Finalmente, o capítulo III trata das recuperação econômica iniciada após a eleição dos nazistas e traça um paralelo entre as características dessa retomada com o *New Deal*<sup>3</sup> americano e Teoria *Keynesiana* desenvolvida exatamente nessa mesma época.

Nesse trabalho, buscou-se realizar uma correlação explicativa para a situação alemã tanto sob o ponto de vista interno quanto externo. Do ponto de vista externo, pode-se destacar a relação com a crise do capitalismo liberal, que abriu espaço para as práticas intervencionistas na vida econômica, assim como a crise das instituições democráticas, que facilitou a introdução de medidas voltadas para uma organização alternativa do movimento trabalhista e sua incorporação, através do corporativismo, ao novo aparelho do Estado. Por ter se tratado de um movimento de caráter internacional, é necessário incorporar a análise do Estado alemão a esse processo mais geral.

---

<sup>2</sup> República de Weimar – Primeiro governo democrático na história da Alemanha, instaurado após o final da Primeira Guerra Mundial em 1919.

<sup>3</sup> *New Deal* – Conjunto de medidas implementadas pelo governo Franklin Delano Roosevelt, durante o período de 1933 a 1937, com o objetivo de reverter a crise econômica ocorrida nos anos seguintes a Queda da Bolsa de Nova York em 1929.



## CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Quando buscamos analisar a ascensão nazista e a conseqüente reestruturação política e econômica que sucedeu ao início do regime é indispensável voltar alguns anos na história para conseguir entender o contexto que levou a Alemanha a um dos regimes políticos mais polêmicos do século XX.

O objetivo desse capítulo é apresentar algumas razões, tanto de cunho político quanto econômico, que colaboraram para que a retórica nazista tenha encontrado terreno fértil em território germânico no início da década 1930.

### I.1 II Reich

O II *Reich*<sup>4</sup>, iniciado em 1871, foi na verdade a primeira experiência da Alemanha como um país unificado. Até essa data, a Alemanha era um território extremamente fragmentado, e sem uma noção efetiva de nação. A unificação do país acabou se dando em 1871 como uma conseqüência do final da guerra franco-prussiana<sup>5</sup>. Após a vitória sobre a França e sob a influência de Otto von Bismarck<sup>6</sup>, o Império Alemão foi proclamado em Versalhes, a 18 de janeiro de 1871. Mesmo com o país unificado, daí em diante até 1918, história da Alemanha ainda seria marcada pela ausência de uma experiência democrática. Esse fato é considerado por alguns autores, como Stackelberg, Shirer e Fest, como ponto de partida para avaliarmos a maneira como a teoria nazista conseguiu se proliferar a partir da segunda metade da década de 1920. Enquanto na maioria das outras nações européias sistemas democráticos já vinham se consolidando, na Alemanha, uma “cultura antidemocrática” vinha se desenvolvendo desde o século XIX:

---

<sup>4</sup> II *Reich* – Império Alemão (1871-1818) criado após a unificação do território alemão e derrubado após a Primeira Guerra Mundial

<sup>5</sup> Guerra franco-prussiana – Com a abdicação do trono espanhol por Isabel II, o príncipe Leopoldo, primo do rei da Prússia Guilherme I, é convidado a assumir o trono na Espanha. Insatisfeita, a França que já se opunha a unificação dos estados prussianos se opõe a coroação. A guerra começou em 19 de julho de 1870 e termina em 10 de maio do ano seguinte com a capitulação francesa.

<sup>6</sup> Otto von Bismarck – Líder alemão, marcado por idéias conservadoras, aristocratas e monarquistas. Primeiro-Ministro da Prússia a partir de 1862, teve papel fundamental na unificação da Alemanha. Teve papel decisivo em eventos como a Guerra contra a Áustria e a Guerra franco-prussiana. Tornou-se Chanceler da Alemanha, assim que o país se unificou em 1871 até 1890.

*“Assim, voltando ao século XIX em busca de explicações para a ascensão e triunfo do nazismo, apóio-me na chamada tese de Sonderweg<sup>7</sup>, a noção de que o desenvolvimento antidemocrático da Alemanha foi bem diferente dos modelos do resto da Europa Ocidental, e que essa diferença ajuda a explicar muitos eventos posteriores, inclusive a Primeira Guerra Mundial e a suscetibilidade alemã à direita radical”* (Stackelberg, 1999, p. 19)

Embora possa se dizer que a Alemanha deu seus primeiros passos rumo à unificação através a união aduaneira dos Estados da Liga Alemã em 1834, até 1871 não se pode falar realmente daquele território como nação. Entretanto, a partir de dessa data, com a formação do Império Alemão, o território germânico passou a ser efetivamente um território nacional unificado. Essa unificação teve um papel crucial para que a Alemanha então experimentasse, principalmente à partir da década da 1890, um período de um relevante desenvolvimento industrial. Através desse desenvolvimento industrial experimentado nesse período, a Alemanha se passa a concorrer com as grandes potências da época em vários setores da produção.

Deve-se relevar a importância do reinado de Guilherme II<sup>8</sup>, que a partir de 1888, lançou a Alemanha a corrida imperialista, na qual a nação estava bem abaixo das grandes potências como Inglaterra e França. Nesse mesmo período, em 1890, von Bismarck, por divergências com Guilherme II, acaba saindo da cena política alemã. A atuação alemã se deu principalmente no continente africano, destacando-se Camarões, Togo, parte do sudoeste africano e territórios então denominados de África Oriental Alemã. Essa participação, entretanto, se deu em proporções bastante modestas quando comparamos com as outras potências já citadas. Há, porém, de se destacar que Inglaterra, por exemplo, já tinha uma experiência como potência imperialista há mais de três séculos. Apesar de modesta, essa participação alemã no jogo imperialista permitiu ao país vislumbrar um futuro de prosperidade e de conquistas que acabaria por levar o país à guerra duas décadas depois.

---

<sup>7</sup> *Sonderweg* – Teoria defendida por uma série de historiadores, que se baseia em uma suposta evolução histórica alemã distinta das outras sociedades ocidentais. Segundo os defensores dessa teoria, essa evolução “anormal” teria sido um facilitador para que o movimento nazista fosse tão forte na Alemanha.

<sup>8</sup> Guilherme II – Último Imperador (*Kaiser*) Alemão, governando o país de 1888 até 1918, ano que marcou o final da Primeira Guerra Mundial e a Proclamação da República de Weimar.

É importante salientar uma série de fatores que transformaram a Alemanha em uma grande potência na década de 1910. Para começar, o país deu um grande impulso populacional de 1871 até 1910. Apesar da ausência de números oficiais sobre a população alemã no final do século XIX, em 1910 ela já atingia 64,6 milhões de habitantes (Hardach, 1980, p. 215), o que tornava o país em um dos mais populosos da Europa. Isso permitiu não só um grande aumento de mão-de-obra disponível no país, como ajudou a desenvolver um mercado interno, até então pouco organizado e desestruturado. Para sustentar tal desenvolvimento, foi importante o extraordinário progresso técnico obtido na região naquele momento. Setores como o de insumos agrícolas se desenvolveu de forma bastante relevante, mas o que mais se destacou foi o crescimento da indústria pesada, principalmente carvão, aço e ferro (Cury, 2006, p. 58)

Esse crescimento da produção estimulou o investimento em meios de transporte para realizar o escoamento. A expansão das ferrovias foi formidável, atingindo 61 mil quilômetros, em 1910 uma quilometragem no país três vezes maior que havia em 1871 (Souza, 2005, p. 10). É importante destacar que em função da sua posição geográfica, a interligação das ferrovias do país com as principais linhas do continente levou a Alemanha ao centro de uma rede européia. Paralelamente, a construção de canais gerou uma melhora substancial da rede fluvial tornando a marinha mercante alemã bem mais competitiva.

Financiando todo esse movimento, o sistema bancário teve uma expansão considerável, o que permitiu um aumento sensível do crédito no país. Os bancos alemães, que historicamente, já eram em sua grande maioria bancos de crédito, passam a desempenhar um papel altamente participativo nesse crescimento industrial experimentado pela Alemanha naquele momento. De acordo com Cury (2006, p. 63): *“Foi principalmente entre 1873 e 1901 que os bancos ampliaram seu controle sobre as indústrias, na Alemanha, aumentando, conseqüentemente, sua participação em termos de investimentos de capital.”*

Pode-se destacar que o crescimento econômico e todas as mudanças sociais que ocorreram na Alemanha, ainda no século XIX geraram um clima de nacionalismo intenso, que se repetiria em outros momentos importantes da história alemã. Esse espírito se refletiu na política do Imperador, incentivando a marinha tendo em vista a

concorrência direta com o Reino Unido pelos mares e por novas colônias. Em meio a esse sentimento de concorrência, em 1900, o Imperador baixou uma nova lei naval, que teve como principal objetivo aumentar o poderio marítimo germânico, o que permitiria aos alemães competir mais efetivamente com os ingleses.

Àquela altura a tensão internacional, especialmente entre Alemanha e Inglaterra, em função da crescente influência dos alemães na África, através das novas colônias (Souza, 2005, p. 10). Além disso, o poderio militar alemão vinha crescendo em paralelo, o que aumentava ainda mais as tensões. Já nesse momento, as nações que a partir de 1914 se tornariam rivais se posicionam claramente para um possível conflito. Alemanha e Áustria se colocam de um lado enquanto, a Inglaterra, França e Rússia, ficam de outro.

Em Sarajevo, 28 de junho de 1914, o assassinato do sucessor imediato do trono austro-húngaro Francisco Ferdinando<sup>9</sup> por um ativista sérvio<sup>10</sup>, desencadeou de forma definitiva a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha viria a se envolver no conflito ao lado do seu aliado, o Império Austro-Húngaro. Uma figura importante na história alemã se destaca nesse momento: Paul von Hindenburg<sup>11</sup>. Marechal do exército alemão, von Hindenburg era a principal figura do alto comando militar e mais tarde viria a ser presidente do país, inclusive durante os primeiros meses do mandato de Adolf Hitler como Chanceler. Deve-se salientar que a Primeira Guerra Mundial se manteve equilibrada até a entrada dos Estados Unidos em 1917. Mesmo com a entrada dos norte-americanos e com a evidente vitória dos aliados, os alemães mostraram pela primeira vez uma faceta que se repetiria ao final da Segunda Guerra Mundial, a dificuldade de aceitar a derrota. Erich Ludendorff<sup>12</sup>, general do alto exército alemão, e para muitos o verdadeiro líder do exército, ignorou que o fato de o país já não mostrar mais competitividade no campo de batalha, insistindo, até setembro de 1918, quando a Alemanha capitulou. Pior que a derrota militar, que já havia custado milhões de vidas

---

<sup>9</sup> Francisco Ferdinando – Arquiduque da Áustria-Hungria, herdeiro do trono, assassinado em 1914 juntamente com sua esposa, por um ativista sérvio que reivindicava a independência da região, então pertencente ao Império Austro-Húngaro.

<sup>10</sup> Gavrilo Princip – Estudante sérvio, ligado a organização terrorista Mão Negra. A Mão Negra defendia o pan-eslavismo e combatia a ocupação austro-húngara na Sérvia e na Bósnia-Herzegovina.

<sup>11</sup> Paul von Hindenburg – Presidente da Alemanha entre 1925 e 1934, ano de sua morte, o Marechal de Campo von Hindenburg foi um dos principais heróis alemães na Primeira Guerra, tendo servido o exército prussiano e posteriormente o alemão por mais de 40 anos.

<sup>12</sup> Erich Ludendorff – General alemão, que ao final da Primeira Guerra assumiu função de Ditador. Em 1925, foi candidato presidencial pelo NSDAP, porém acabou perdendo o pleito para von Hindenburg.

humanas e um custo financeiro incalculável, foi a derrota política. Arrasada pela guerra, o país sofreu uma dura derrota no campo da diplomacia e através das punições impostas pelo Tratado de Versalhes<sup>13</sup>, onde a população se viu em uma crise incomensurável. Sobre o tratado de Versalhes:

*“Mais do que todos os prejuízos materiais impostos ao país pelas potências vitoriosas, foi a exclusão do círculo de povos dignos que inquietou o espírito alemão, motivo pelo qual, como um observador teria dito, já naquele tempo, formava-se uma “sociedade de amargurados”, que apenas aguardava a chegada de um líder que proferisse a palavra chave” (Fest, 2002; p. 47)*

Ainda sobre o tratado de Versalhes:

*“O dia de prestação de contas chegou para os alemães em fins da primavera de 1919. Os termos do Tratado de Versalhes, estabelecidos pelos Aliados sem qualquer negociação com a Alemanha, foram publicados, em Berlim, a 7 de maio. Chegaram como um golpe arrasador para um povo que insistira em iludir a si próprio até o último momento. Comícios irados foram organizados em todo o país em sinal de protesto contra o tratado e a fim de exigir que a Alemanha se recusasse a assiná-lo.” (Shirer, 1960; volume I, p. 100)*

Em meio a essa situação e sem nenhuma resistência, o Imperador e príncipes abandonaram seus tronos, em novembro de 1918. A Alemanha tornou-se assim uma República. Essa mudança não foi somente um resultado da derrota na guerra, mas significou também o resultado da ascensão de grupos políticos antes sem voz. Durante todas as importantes transformações sócio-econômicas no fim do século XIX e no início do século XX, a classe trabalhadora tomou uma nova consciência, através de sindicatos, legais desde a queda da lei anti-socialista de Otto von Bismarck, no ano de 1890. A Democracia Social tomou maior força partidária como resposta à fraca atuação parlamentar no período do reinado de Guilherme II, sendo o Partido Social-Democrata Alemão, um dos partidos socialistas mais bem organizados do mundo, naquele momento.

É importante ressaltar que politicamente a classe trabalhadora se aproximava muito mais da crescente burguesia alemã do que a própria nobreza defensora do Império. Dessa forma trabalhadores e burguesia já desde o fim do século XIX exigiam

---

<sup>13</sup> Tratado de Versalhes – Tratado de Paz assinado pelas potências européias que encerrou de forma definitiva a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha foi considerada a única responsável pelo conflito e

uma maior participação na vida política do país. Na verdade, é nessa lacuna de poder que ocorre ao final da Primeira Guerra, que esses grupos que reivindicavam participação assumem através da nova República. Essa República, porém possuía legitimidade insuficiente, o que permitiu uma rápida expansão de grupos radicais de direita e esquerda. Líderes comunistas como Rosa Luxemburg<sup>14</sup> e Karl Liebknecht<sup>15</sup> e de extrema direita como Adolf Hitler, surgem nesse momento e mostram o grau de fragilidade a República Alemã, conhecida como República de Weima. Stackelberg (1999) analisando esse momento onde ocorre o surgimento da Republica Alemã, avalia como as bases que a sustentavam eram frágeis demais:

*“Assim, a democracia foi implantada na Alemanha através de uma guerra que foi perdida, mas que não destruiu as forças antidemocráticas. As origens da democracia alemã não foram auspiciosas: a liberalização fora exigida pelo alto comando, a fim de se evitar as piores conseqüências das derrotas militares nos campos de batalha; apesar disso, eminentes oficiais logo culpariam a democracia pela derrota alemã. Os membros do novo governo seriam chamados de “os criminosos de novembro”, que supostamente apunhalaram pelas costas um exército que não fora vencido.*

*Muitos conservadores consideravam o governo democrático como um mero expediente para apaziguar os Aliados até que a monarquia pudesse ser restaurada e os objetivos expansionistas retomados. Torciam para que uma contra-revolução revertesse as conseqüências da guerra e liquidasse as conquistas democráticas. Enquanto isso, podia-se fazer com que os políticos democráticos assumissem a responsabilidade pela aceitação dos termos da derrota.” (Stackelberg, 1999; p. 91)*

---

por isso obrigada a pagar altos valores em indenização e ceder boa parte de seu território aos vencedores.

<sup>14</sup> Rosa Luxemburg – Filósofa marxista e militante revolucionária polonesa de origem judaica. Participou na fundação do grupo de tendência marxista, que viria a ser mais tarde o Partido Comunista Alemão

<sup>15</sup> Karl Liebknecht – Político e dirigente socialista alemão fundador do Partido Comunista Alemão ao lado de Rosa Luxemburg

## I.2 República de Weimar

Apesar da relevância do *Sonderweg* para justificar a ascensão nazista na Alemanha, é sem dúvida durante a chamada República de Weimar que encontramos os principais fatores para tal ascensão. Isso não significa negar a teoria do *Sonderweg*, significa apenas colocá-la como um pano de fundo de extrema relevância no contexto histórico da década de 1930 na Alemanha, mas que por si só não pode explicar como Hitler ascendeu. Segundo Stackelberg (1999):

*“O reconhecimento de continuidades é essencial para compreender a história alemã. O passado do século XIX, é claro, não pode oferecer qualquer coisa mais do que uma explicação parcial para o triunfo do nazismo na década de 1930. Muito mais importantes foram os acontecimentos nos anos entre as guerras, descritos nos capítulos 6 e 7. Sob esse aspecto, estou de pleno acordo com os críticos do Sonderweg, que apontam a Revolução Bolchevique<sup>16</sup> na Rússia, a derrota na Guerra 1914-18, os conflitos políticos da República de Weimar e a crise do capitalismo na Grande Depressão como muito mais significativos para o triunfo do nazismo do que o precário desenvolvimento político da Alemanha.”* (Stackelberg, 1999; p. 20)

Em meio às cinzas da guerra e do império, a República de Weimar surgiu diante de uma série de dificuldades econômicas para a Alemanha derrotada e o mundo em geral. Naquele momento pela primeira vez a Alemanha experimentava uma forma de governo democrática. Sendo assim, o país não tinha tradição alguma nesse modelo de governo. Ficou evidente desde o início que a República de Weimar teria muitas dificuldades para se estabelecer em um longo prazo. Isso não só porque o país não tinha uma tradição republicana, mas também porque a República surgiu em um hiato de poder, sem ter bases realmente sólidas. Sobre o surgimento da República de Weimar, Shirer (1960), reforça a fragilidade das suas bases:

*“Para a maioria das pessoas, nas terras aliadas vitoriosas do Ocidente, a proclamação da República em Berlim, a 9 de novembro de 1918, parecera assinalar a alvorada de um novo dia para o povo alemão e sua nação. Woodrow Wilson<sup>17</sup>, na troca de notas que conduziram ao armistício, insistira na abolição da autocracia militarista dos Hohenzollern<sup>18</sup>, e os alemães, embora com relutância,*

---

<sup>16</sup> Revolução Bolchevique – Revolução que em 1917 derrubou o regime monárquico dos Czares e implementou o socialismo marxista na Rússia.

<sup>17</sup> Woodrow Wilson – 28º Presidente dos Estados Unidos da América, governou o país de 1913 até 1924. Teve papel preponderante na criação da Liga das Nações, da qual os norte-americanos nunca fizeram parte e nas negociações que culminaram na assinatura do Tratado de Versalhes em 1919.

<sup>18</sup> Hohenzollern – Dinastia governante da Prússia, na Alemanha e na Romênia com origens no século XI

pareciam dispostos a obedecer. O Kaiser<sup>19</sup> fora obrigado a abdicar e fugir; a monarquia fora dissolvida, todas as dinastias existentes na Alemanha foram rapidamente extintas, sendo proclamado um governo republicano

*Mas proclamado por acidente! Na tarde do dia 9 de novembro, a chamada Maioria Socialdemocrata, sob a chefia de Friederich Ebert<sup>20</sup> e Philip. Scheidemann<sup>21</sup>, reuniu-se no Reichstag<sup>22</sup>, em Berlim, logo após a renúncia do Chanceler, Príncipe Max de Baden<sup>23</sup>. Estavam todos completamente desorientados, sem saber o que fazer.” (Shirer, 1960; volume I, p. 92)*

Segundo Fest (2002), a República de Weimar, já em seu surgimento, apresentava sinais de que seria apenas temporária:

*“A República de Weimar tornou-se, para muitos, não mais que um breve interlúdio, e nenhuma lembrança ou acesso de deferência dificultaria sua partida. Como que aproveitando uma deixa, surgia, após tantos anos de governo malogrado, uma vontade que arriscava um novo início e afogava, de uma vez por todas, as dúvidas de uma maioria crescente.” (Fest, 2002; p. 44)*

Em função das sérias dificuldades econômicas do pós-guerra e as rigorosas condições impostas pelos vencedores da Primeira Guerra no Tratado de Versalhes, assinado em 1919, um profundo ceticismo em relação à República foi crescendo. O período da República de Weimar foi marcado pela constante luta contra movimentos que reivindicavam o poder. Comunistas, anarquistas e fascistas se alternavam em constantes revoltas que só mostravam o quão frágil era a República. A verdade é que esses movimentos demonstravam não somente a incapacidade dos governantes de resolver a crise como a incapacidade que eles tinham de obter o apoio popular. Naquele momento, fica evidente que a República que se instalou na Alemanha não representava efetivamente os anseios populares. A insurreição comunista promovida pelos importantes líderes comunistas Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht em 1919 foi o primeiro exemplo disso. O governo respondeu de forma dura, assassinando os líderes do motim. A partir daí os mais diversos movimentos dos mais diversos grupos ocorreram

---

<sup>19</sup> *Kaiser* – Imperador em alemão.

<sup>20</sup> Friederich Ebert – Influente político do Partido Social Democrata da Alemanha, tendo exercido o papel de Chanceler do Império Alemão (*Reichskanzler*) entre 9 de Novembro de 1918 até 11 de Fevereiro de 1919. Ebert foi também o primeiro presidente da Alemanha (*Reichspräsident*) entre 1919 e 1925.

<sup>21</sup> Philip. Scheidemann – Ao lado de Friederich Ebert, principal líder do Partido Social Democrata da Alemanha nas décadas de 1900 e 1910, foi o primeiro Chanceler da República de Weimar, no período entre 13 de Fevereiro de 1919 e 20 de Junho de 1919.

<sup>22</sup> *Reichstag* – É um termo em alemão que se refere tanto a instituição quanto ao prédio do Parlamento.

<sup>23</sup> Príncipe Max de Baden – Político alemão que exerceu a função de Chanceler do Império Alemão (*Reichskanzler*) entre 3 de Outubro de 1918 e 9 de Novembro de 1918.



de forma sistemática na Alemanha. Dentro tal cenário, tornou claro que o primeiro desses movimentos a se organizar relativamente bem teria boas condições de obter o poder fosse por intermédio da força ou do voto.

Ao final de 1923, a inflação na Alemanha também atingia níveis alarmantes, ao ponto que o dólar chegou a valer trilhões de marcos alemães. Sobre a crise econômica:

*“O estrangulamento da economia alemã apressou a queda final e vertiginosa do marco. Por ocasião da ocupação do Ruhr, em janeiro de 1923, o marco caiu 18.000 por dólar; a 1º de julho, descera a 160.000; a 1º de agosto, a um milhão. Em novembro, quando achou que sua hora havia soado, eram necessários quatro bilhões de marcos para comprar um dólar e, a partir de então as cifras se converteram em trilhões. A moeda alemã tornou-se inteiramente sem valor. O poder aquisitivo dos salários e ordenados foi reduzido a zero. As economias das classes médias e operárias desapareceram. Mas algo mais importantes foi destruído: a fé do povo na estrutura econômica da sociedade alemã.”* (Shirer, 1960; volume I, p. 106)

Ainda sobre a crise econômica dos primeiros anos da República de Weimar:

*“A combination of territorial losses, particularly the industrial regions of Alsace-Lorraine<sup>24</sup>, Silesia<sup>25</sup> and the Saarland<sup>26</sup>, together with the collapse of German trade and the shortage of capital, contributed to a decline in industrial output in the years 1919-24 to between half and three-quarters of the level of 1913. The costs of war and reconstruction also fuelled a high rate of inflation, which led to the collapse of the German mark in 1923 and the loss of half century of accumulated savings.”*<sup>27</sup>(Overy, 1982; p. 5)

É nessa conjuntura econômica e social que ainda nesse mesmo ano, o Partido Nacional Socialista Alemão, do até então desconhecido Adolf Hitler tentou tomar o poder usando a força. O golpe, que ficou conhecido como “*Putsch* de Munique”

---

<sup>24</sup> Alsácia-Lorena – Região de conflito entre Alemanha e França, desde o século XIX. A região possuía um grande valor econômico em função da sua riqueza em minério de ferro e carvão, fundamentais para os interesses estratégicos dos dois países.

<sup>25</sup> Silésia – Importante zona industrial, entre os territórios da atual República Tcheca e Polônia. Já no século XIX, quando pertencia a Alemanha, já apresentava um dos mais elevados graus de desenvolvimento industrial da região. Após a Primeira Guerra, o território foi retalhado entre Alemanha, Polônia, Tchecoslováquia e Áustria.

<sup>26</sup> Saarland – Estado no sudoeste do território alemão, assim como a Alsácia-Lorena, território de disputa entre Alemanha e França desde o século XIX.

<sup>27</sup> Uma combinação de perdas territoriais, em particular as regiões industriais da Alsácia-Lorena, Silésia e do Sarre, em conjunto com o colapso do comércio alemão e a escassez de capital, contribuiu para um declínio da produção industrial nos anos de 1919-24 para algo entre a metade e três quartos do nível de 1913. Os custos da guerra e da reconstrução também alimentaram uma alta taxa de inflação, o que levou ao colapso do Marco alemão em 1923 e a perda de meio século de poupança acumulada.

fracassou, o que veio a adiar em uma década a ascensão de Hitler e seus camaradas. Esses dez anos seriam de vital importância para que os nazistas se reorganizassem e preparassem sua ascensão.

Após anos de forte crise, na segunda metade da década de 1920, a República de Weimar, com o presidente von Hindenburg, conseguiu obter um maior apoio popular baseada em uma breve recuperação econômica. Essa recuperação foi de vital importância para sustentar a República, pelo menos por mais alguns anos. Para que essa recuperação se desse, foi fundamental o trabalho de Gustav Stresemann, Ministro das Relações Externas de 1923 até sua morte em 1929. Stresemann, que antes de assumir o Ministério havia sido Chanceler por cem dias em 1923, era um nacionalista, porém sempre moderado.

A política externa alemã conduzida por Stresemann recuperou para a Alemanha a igualdade de direitos em relação às outras nações européias. Para levar a conseguir isso, devem-se destacar dois fatos: o Tratado de Locarno (1925) e o ingresso do país na Liga das Nações (1926). O Tratado de Locarno, chamado dessa forma por ter sido negociado em Locarno, Suíça, foi assinado na cidade de Londres em 1º de dezembro de 1925 pelas potências da Europa Ocidental aliadas na Primeira Guerra Mundial e os novos Estados da Europa Central e Oriental (Bélgica, França, Reino Unido, Itália, Polônia e Tchecoslováquia). Através desse tratado, as nações buscaram assegurar estabelecer uma definição territorial no pós-guerra, e assim normalizando as relações com a Alemanha, principal derrotada naquele conflito. A assinatura desse tratado permitiu que a Alemanha pudesse finalmente ingressar na Liga das Nações, organização internacional criada em 1919 pelas nações vencedoras da Primeira Guerra, cuja principal tarefa era assegurar a paz.

No campo econômico, deve-se destacar nesse momento a ajuda norte-americana, através da elaboração do Plano Dawes<sup>28</sup> que visava possibilitar que a Alemanha arcasse com o cumprimento de suas obrigações de guerra sem arruinar-se completamente. Paralelamente, um grande valor de empréstimos externos, principalmente provenientes

---

<sup>28</sup> Plano Dawes – Plano elaborado pelo vice-presidente norte-americano Charles G. Dawes em 1925, que visava auxiliar a Alemanha a pagar suas dívidas de guerra. O trabalho de Dawes rendeu a ele o Nobel da Paz daquele ano.

dos EUA, foi empregado na modernização da indústria alemã. Sobre a participação norte-americana na recuperação econômica alemã a partir de 1923:

*“Os grandes empréstimos americanos haviam endividado consideravelmente a Alemanha, mas, ao mesmo tempo, tinham permitido importantes investimentos destinados a racionalizar e modernizar a economia. O aumento da produção entre 1923 e 1928 ultrapassava, em quase todos os setores, não só a de todos os outros países europeus, mas também as marcas alemãs antes da guerra, embora o território do Reich tivesse diminuído. Em 1928, a renda bruta nacional ultrapassava em cerca de 12% a de 1913; as melhorias sociais eram consideráveis e o número de desempregados caíra para 400 mil.” (Fest, 1973; p. 273)*

A Alemanha viveu um breve período não só retomada econômica, como ressalta Richard (1988) também viveu um momento de intensa efervescência cultural, principalmente no cinema, na arquitetura e nas artes plásticas. O momento da Alemanha era tão favorável que o governo passou a desprezar a força dos nazistas. Assim, até as sanções que haviam sido impostas ao partido foram sendo relaxadas. Na primavera de 1927, Hitler voltaria assim ao cenário, como descreve Fest (1973):

*“Na primavera de 1927, o governo saxão e bávaro estavam tão confiantes no futuro e desprezavam de tal modo o Partido Nacional-Socialista que levantaram a proibição imposta ao seu chefe de usar a palavra. Hitler tinha declarado docilmente que não perseguiria nenhum objetivo contrário à lei nem utilizaria qualquer meio ilegal. Cartazes em vermelho berrante proclamaram em seguida que, a 9 de março, às 20 horas, ele iria falar novamente à população de Munique no circo Krone” (Fest, 1973; p. 275)*

O Partido Nazista já vinha se reestruturando desde o fracassado *Putsch* da Cervejaria<sup>29</sup> em Munique e, com o relaxamento das sanções, se tornou ainda mais forte em seu objetivo maior, o de governar a Alemanha. Um exemplo de ação que reforçou o partido nesse objetivo:

*“Outras atividades mostravam, entretanto, a gravidade e insistência com que o Partido Nazi perseguia seus objetivos. Aí pelos fins de 1926, o Partido organizou uma escola de oradores que transmitia técnicas, conhecimentos e material aos partidários, e que, segundo suas próprias informações, formou, até 1932, cerca de seis mil oradores” (Fest, 1973; p. 275)*

---

<sup>29</sup> *Putsch* da Cervejaria – Tentativa de golpe contra o governo da Baviera, liderada por Adolf Hitler e pelo Partido Nazista em 9 de Novembro de 1923. Hitler inicialmente desejava tomar o poder na região bávara e posteriormente o poder em todo país. O golpe fracassou levando todos os principais líderes, inclusive Hitler, à prisão.

O partido então já contava em seus quadros com nomes que em pouco tempo ocupariam papéis importantíssimos no *III Reich*, como o de Joseph Goebbels<sup>30</sup>, Hermann Goering<sup>31</sup>, Alfred Rosenberg<sup>32</sup>, Rudolf Hess<sup>33</sup> e Heinrich Himmler<sup>34</sup>. Apesar dessa força crescente do partido nazista, a recuperação econômica dos últimos anos vinha dando força à República de Weimar. É quando em 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, levou a Alemanha novamente a clamar pelo fim da República. Shirer (1960), destaca que de volta a crise, em um país cheio de ressentimentos e com a ascendente figura de Adolf Hitler, os anos de República pareciam que chegariam ao fim. Os movimentos de extrema-direita representados pelos nacionais socialistas e os de extrema-esquerda se fortaleceram muito dentro da crise. O governo republicano havia perdido praticamente todo e qualquer apoio popular, mas ainda assim von Hindenburg, conseguiu ser reeleito nas eleições presidenciais de 1932.

Ainda segundo Shirer (1960), em meio ao alto índice de desemprego, pressionado, o presidente von Hindenburg resolveu dar um novo ânimo à República ao indicar Hitler, que havia sido segundo colocado nas eleições presidenciais de 1932, como chanceler alemão em janeiro de 1933. Com essa atitude, o presidente acreditava que conseguiria conter os ânimos, mas os eventos de fevereiro, como o incêndio no *Reichstag* e a perseguição implacável aos opositores do regime, além da vitória do partido nazista nas eleições de março ainda naquele ano, levaram o próprio parlamento a

---

<sup>30</sup> Joseph Goebbels – Ministro da Propaganda de Hitler, Goebbels era um dos únicos líderes nazistas com curso superior. Filiado ao Partido Nazista em 1922 e idealizou toda a propaganda nazista desde os tempos da República de Weimar.

<sup>31</sup> Hermann Goering – Político e líder militar alemão, Goering foi um dos principais líderes do Partido Nazista desde 1922, quando ingressou no partido. Goering que havia sido herói da aeronáutica alemã na Primeira Guerra Mundial, foi comandante da Luftwaffe, temida força aérea nazista, durante o Terceiro *Reich*.

<sup>32</sup> Alfred Rosenberg – Foi o principal ideólogo do nacional-socialismo, tendo se filiado ao partido em janeiro de 1919, ainda antes que o próprio Hitler. Assim como Goebbels, possuía curso superior sendo formado em engenharia pela Universidade de Moscou em 1917. Em 1930, publicou *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts* (O Mito do Século XX), livro de teoria racial que tratava de pontos-chaves na ideologia nacional-socialista tal como a questão judaica.

<sup>33</sup> Rudolf Hess – Veterano da Primeira Guerra Mundial, Hess se filiou ao NSDAP em 1920. Assim como Hitler, foi preso após a frustrada tentativa de golpe ocorrida em 1923. Foi secretário particular de Hitler e em 1939, ao ser nomeado membro do Conselho de Defesa do *Reich*, foi promovido a segundo nome na sucessão de Hitler, atrás apenas de Goering. Em 1941, por conta própria decidiu embarcar sozinho em um avião com destino à Inglaterra para negociar a paz. Foi preso e só saiu da prisão após sua morte em 1987.

<sup>34</sup> Heinrich Himmler – Foi o comandante da temida SS (polícia do *Reich*), Himmler era integrante do Partido Nazista desde 1923. Tentou no início de 1945, contrariando as ordens de Hitler, negociar a paz com o general norte-americano D. Eisenhower. Não obteve sucesso.

aprovar a “Lei de Exceção” o que na prática viria a fechar o parlamento e assim dar plenos poderes à Hitler. Assim, em março de 1933, chegava ao fim a República de Weimar.

### I.3 A crise do capitalismo internacional na década de 1920

Até o presente momento, visando contextualizar a ascensão nazista ocorrida na Alemanha dos anos 1930, este trabalho enfocou apenas questões específicas da história alemã desde a sua unificação no final do século XIX. Esse levantamento referente a fatores políticos, econômicos e sociais da Alemanha é fundamental para o entendimento da ascensão dos nazistas ao poder, porém não basta. Através apenas desses acontecimentos, podemos ter uma visão equivocada do que levou à Alemanha ao nazismo, acreditando que o fenômeno que levou Hitler ao poder foi exclusivamente local. É indispensável observar o cenário econômico mundial na década de 1920 e no princípio da década de 1930 para entender o que acabou por acontecer na Alemanha.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, entre vencedores e derrotados, ficou evidente, que nada nem ninguém saiu tão fortalecido como os ideais democráticos liberais. Com a derrota do Império Alemão e o afastamento da Rússia soviética nos últimos anos de Guerra, o Tratado de Versalhes firmado em 1919 entre as nações vitoriosas ratificou esse ponto, espalhando de forma continental esses ideais. Dessa maneira ao final da década de 1910, excetuando a Rússia, o mundo se dividia em dois grupos: as nações liberais democratas e nações sob domínio colonial. Segundo Hobsbawn (1994):

*“Com exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos, mesmo a Turquia. A Europa, a Oeste da fronteira soviética, consistia inteiramente nesses Estados em 1920. Na verdade, as instituições básicas do governo liberal constitucional, eleições para assembleias representativas e/ou presidentes, eram quase universais no mundo de países independentes nessa época, embora devamos lembrar que os cerca de 65 Estados independentes do período entreguerras tinham sido um fenômeno basicamente europeu e americano: um terço da população do mundo vivia sob domínio colonial.”* (Hobsbawn, 1994; p. 114)

Entretanto, apesar de praticamente todas as nações independentes do mundo em 1919 apresentarem governos pelo menos em tese liberais democráticos, em pouco tempo essa situação viria a se alterar drasticamente. Hobsbawn (1994) destaca que em 1920, eram pelo menos 35 Estados democráticos no mundo. Porém em 1938 esse

número já havia caído para 17 e em 1944, esse número já havia atingido a marca de apenas 12 nações.

Em paralelo a toda instabilidade econômica que ocorreu em todo o mundo naquele período, vale destacar que a partir de 1922, com a ascensão fascista na Itália, uma série de governos não-democráticos começava a surgir pelo mundo. Esse movimento antidemocrático tem relação direta com a própria crise do capitalismo nos anos 20. O ideal liberal democrata perdia força perante a sua ineficiência na tentativa de combater tamanha instabilidade econômica. Essa tendência iria se acentuar ainda mais nos anos 1930. Segundo E. Hobsbawm (1994):

*“Em 1918-20, assembleias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes em dois Estados europeus, na década de 1920 em seis, na de 1930 em nove, enquanto a ocupação alemã destruía o poder constitucional em outros cinco durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça.”* (Hobsbawm, 1994, p. 115)

Ao final da Primeira Guerra Mundial os quadros econômico e político mundial sofreram, o que Freitas Filho (1995, p. 3) refere de deslocamento no interior do chamado “campo de imperialismo”. O esgotamento do padrão-ouro<sup>35</sup> e o desenvolvimento industrial de outras nações, favorecido pela conjuntura da guerra, principalmente nas Américas, acabaram sendo determinantes para a perda da hegemonia inglesa na economia internacional.

Os efeitos econômicos decorrentes da Guerra foram altamente sentidos em toda a Europa. Países envolvidos no conflito precisavam repor o aparato produtivo destruído; novas nações surgidas após o conflito buscavam integração econômica e praticamente todas as nações européias passavam por uma grave crise monetária. Sem reservas e precisando arcar com uma série de compromissos monetários, os países europeus sofriam um grave desequilíbrio orçamentário. A crise monetária era gravíssima e de uma forma ou de outra acabou se estendendo por toda a década de 20 em toda a Europa, em especial na Alemanha coberta de dívidas de guerra. Apesar de ter havido

---

<sup>35</sup> Padrão-ouro – Sistema monetário que vigorou desde o século XIX até a Primeira Guerra mundial. Através do padrão-ouro os bancos deveriam possuir um lastro de moeda em ouro. Todo o valor que existisse em dinheiro, deveria existir em ouro.

determinados momentos de crescimento econômico, pode-se dizer que em nenhum momento houve uma estabilidade econômica de fato no continente, durante aquele período. O Quadro I dá um pouco da idéia da instabilidade monetária que atingiu o Velho Continente, destacando como foi a estabilização econômica:



QUADRO I: DATAS E NÍVEIS DE ESTABILIZAÇÃO DAS MOEDAS EUROPEIAS  
NA DÉCADA DE 1920

	Regresso à paridade anterior à 1914	Estabilização compreendida entre 10% e 25% do valor de 1914	Estabilização inferior a 10% do valor de 1914	Moeda Nova
1922	Suécia			Áustria
1923		Checoslováquia (14%)		
1924	Holanda Suíça			Alemanha Hungria
1925	Grã-Bretanha		Iugoslávia (9%)	
1926	Dinamarca	Bélgica (14%) França (20%)		Polônia
1927		Itália (20%)	Romênia (3%)	
1928	Noruega		Grécia (7%)	

(Fonte: Droz & Rowley. 1988. Apud.: Freitas Filho, 1995; p. 7)

Observando o quadro anterior, nota-se como a estabilização econômica se deu de maneira bastante desigual na Europa da década de 20, sendo que em boa parte dos países observados, a estabilização foi atingida em patamares bem inferiores àqueles anteriores a guerra.

Nos primeiros anos após a guerra, a instabilidade monetária se agravava muito em função do aumento da demanda, especialmente de alimentos e matérias primas. Com a oferta reduzida, os preços disparavam, principalmente em países com a economia fragilizada. Países menos afetados pelo conflito como Estados Unidos e Japão se beneficiaram bastante com essa crise, pois àquela altura tinham melhores condições que outras nações para atender um pouco dessa demanda. O período, porém, foi de grande instabilidade para esses países também, tanto é que segundo Freitas Filho (1995) essa fase de expansão econômica durou apenas entre a primavera de 1919 e a primavera de 1920.

Depois da crise do pós-guerra, por volta de 1922 a economia mundial dava sinais de recuperação. A partir dessa data, até 1925, pode-se falar que efetivamente ocorreu a reconstrução da economia capitalista. Nesse período, nota-se que a maioria dos países atingidos pela guerra conseguiu recuperar o índice de atividade econômica anterior ao conflito, principalmente na Europa, baseada em dois pilares: a ajuda

governamental e políticas de depreciação monetária. Freitas Filho (1995) cita os casos da França, Itália e Bélgica, onde a ação governamental foi de suma importância para a retomada do crescimento econômico. No caso da França, ele cita também a desvalorização do franco, como vital para expandir as exportações e aumentar o turismo. Enquanto isso, os países da Europa Central e o Oriental, principalmente aqueles surgidos após o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo durante esse período apresentaram uma recuperação mais lenta e inconstante em função de possuírem uma indústria ainda muito insipiente.

O Quadro II a apresenta alguns dados referentes a essa recuperação econômica global:

QUADRO II: ÍNDICE DA PRODUÇÃO MANUFATUREIRA MUNDIAL –  
1913/1925  
(1913=100)

	1920	1921	1925
MUNDO	93.6	81.4	121.6
EUROPA(*)	77.3	70.0	103.5
URSS	12.8	23.3	70.1
EUA	122.2	97.9	148.0
RESTO DO MUNDO	109.5	103.7	138.1

(\*) – Engloba os seguintes países europeus: Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Áustria, Checoslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Grécia, Espanha

(Fonte: ALDCROFT, D. H., 1985. Apud. Freitas Filho, 1995; p. 12)

Observando o quadro, nota-se um crescimento altamente relevante na produção manufatureira, que em média atingiu 22% na comparação entre 1913 e 1925. No caso dos Estados Unidos o índice de crescimento para o mesmo período chegou a 48%, confirmando o já citado deslocamento no interior do chamado “campo de imperialismo”. Ao mesmo tempo, nota-se que a recuperação na Europa mostrou-se bem mais lenta, o que explica-se muito pelo fato das dificuldades que países da Europa Central e Oriental ainda apresentavam no estabelecimento de uma indústria forte.

Outros índices como a produção mundial de alimentos e de matérias primas, assim como o índice de comércio mundial, obtiveram um crescimento considerável. De acordo com Freitas Filho (1995), a produção mundial de alimentos e de matérias primas

obteve crescimento de 22% e o índice de comércio mundial 16%, para o mesmo período considerado anteriormente.

Após 1925, podemos considerar uma nova conjuntura do capitalismo mundial. Com os países envolvidos na guerra recuperados da crise pós-guerra, o capitalismo internacional, manteve a tendência de crescimento dos anos anteriores. Ocorre, porém que esse crescimento foi bastante desigual entre os países e até mesmo entre os diferentes setores da economia, limitando o crescimento econômico como um todo. Essas bases tão frágeis serão vitais para compreender a crise que anos depois de deflagraria com a Quebra da Bolsa de Nova York.

A prosperidade econômica nos últimos anos da década de 1920 se deu não só de maneira desigual entre diferentes regiões assim, como de maneira inconstante. Segundo Freitas Filho (1995), vários países apresentaram crescimento irregular, chegando até mesmo a apresentar queda de produtividade em alguns setores. Além disso, a questão da incompatibilidade entre salários e lucros, que teve um papel fundamental na queda da demanda internacional. Com baixos salários, a demanda internacional descrevia uma curva descendente naqueles anos, o que implicava diretamente em dois problemas: desemprego crescente e superprodução.

Esse contexto de desemprego alto e superprodução em alguns setores da economia ocorreu tanto na Europa como nos Estados Unidos. A tendência de superprodução, naquele período, acabou levando a uma forte queda dos preços, o que em médio prazo levou uma série de companhias a falência. O contexto da que acabaria por levar o mundo a Crise de 1929 estava desenhado.

Ao final dos anos 1920, com o mundo iniciando sua maior crise da história, a instituição do capitalismo liberal democrata havia se tornado totalmente obsoleta. Grande parte das nações européias, já naquele momento, estavam sob regimes ditatoriais. Muitas outras ainda iriam seguir o mesmo caminho nos anos que viriam adiante. Porém o mais importante é que mesmo aqueles países que mantinham suas instituições democráticas intactas, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, mais cedo ou mais tarde acabariam por necessitar de um governo que interviesse muito mais efetivamente na economia. O liberalismo econômico entrava definitivamente em colapso.

## CAPÍTULO II: A NAZIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Afundada na crise, durante a década de 1920 e o início da década de 1930, a Alemanha renascia em 1933. Com a ascensão do Partido Nacional-Socialista, uma luz se ascendia no fim do túnel. O país ganhou, novo ânimo, a economia retomou o crescimento, a auto-estima do povo alemão se renovou.

Neste capítulo, veremos como se deu a nazificação da Alemanha nos primeiros anos desde o surgimento do partido nazista na década de 20, até ascensão de Hitler, se tornando *Führer*<sup>36</sup>, além de focar nas reformas políticas implantadas pelo novo governo.

### II.1 Ascensão do Partido Nazista Alemão

No dia 5 de janeiro de 1919, o Partido do Trabalhador Alemão foi fundado na região alemã conhecida como Baviera. Ainda em 1919, no mês de setembro, Adolf Hitler austríaco de nascimento, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial se associou ao partido e rapidamente se tornou seu principal orador. No ano seguinte, a organização adotou o nome de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP)<sup>37</sup>. Em alemão essa sigla era NAZI, que derivaria mais tarde o termo nazismo. O programa político apresentado pelo partido era marcado pelo anti-semitismo, um nacionalismo exacerbado e fortes críticas ao capitalismo internacional. De acordo com Shirer (1960), o programa apresentava 25 pontos principais, sendo que grande parte deles referiam-se aos judeus, e exigia que estes fossem eliminados de todo e qualquer cargo público e de qualquer participação na imprensa. Para isso, o partido sugeria uma legislação específica para as pessoas de origem judaica, que os colocasse no mesmo patamar de estrangeiros já que para o partido eles não podiam ser considerados alemães. Isso inclusive reforça as críticas à República, uma vez que os nacional socialistas enxergavam como uma imposição feita por estrangeiros, inclusive os norte-americanos e teve como patrono um político de origem judaica.

---

<sup>36</sup> *Führer* – Palavra alemã que significa líder. O termo foi adotado por Hitler para designar o chefe máximo do *Reich*.

<sup>37</sup> Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) – Nome formal do que ficou conhecido popularmente como Partido Nazista

A capacidade de Hitler como orador, associada a uma descrença geral na República encontrou terreno fértil para a disseminação das idéias anti-semitas e nacionalistas do partido. Hitler aquela altura já era o principal líder do partido e cada vez mais atraía apoio de outros grupos de extrema direita e grupos formados por militares. A retórica de Hitler começava a causar um impacto profundo no cenário político da Alemanha. O país viveu uma crise econômica acentuada após o final da Primeira Guerra Mundial, a República de Weimar demonstrava uma dificuldade acentuada de obter legitimidade popular, o capitalismo mundial era contestado tanto por grupos de direita como de esquerda, a Alemanha ainda não tinha assimilado a derrota na guerra. O discurso do jovem partido nazista era tudo o que a Alemanha precisava para que a República começasse a escrever suas últimas páginas. Através do partido, um sentimento que ainda parecia adormecido na Alemanha, em função da política externa conciliadora da República de Weimar, começava a ficar latente: o sentimento de revanchismo.

A população alemã ainda sofria os efeitos da derrota na guerra, mas não havia demonstrado até aquele momento todo o rancor gerado principalmente por Versalhes. Através dos movimentos de extrema direita, o povo escolheu seus vilões para aquela derrota. Liberais, comunistas e judeus passaram a ser daí para frente escolhidos como responsáveis não só pela derrota na batalha, mas principalmente pela postura passiva alemã durante o Tratado de Versalhes.

Mais tarde esse sentimento revanchista viria a se manifestar também contra os vencedores da Primeira Guerra, considerados culpados pelas fortes sanções e perdas territoriais impostas no Tratado de Versalhes, e sendo assim a possibilidade de um novo conflito armado, em proporções ainda mais amplas, se tornava mais evidente. Segundo Fest (1973), em 1923, os quadros do partido já contavam com algo em torno de 55 mil filiados, número que viria a ultrapassar os 150 mil em apenas 5 anos.

O fortalecimento do partido e das idéias de extrema direita pela Europa fica claro com ascensão do *Duce*<sup>38</sup> Benito Mussolini<sup>39</sup> na Itália em 1922. A força do partido

---

<sup>38</sup> *Duce* – Palavra italiana, derivada do latim *dux*, que significa líder. Esse termo ficou bastante conhecido mundialmente a partir de 1922, pois era a maneira como Benito Mussolini se auto-denominava durante todo o seu governo

<sup>39</sup> Benito Mussolini – Ditador fascista, governou a Itália de 1922 até 1943, quando foi preso pela primeira vez. Foi solto pela SS alemã ainda em 1943 para fundar a República Social Italiana, no norte país que

fascista italiano inspirou Hitler a seguir o mesmo caminho e tentar tomar o poder através da força, como já foi citado anteriormente em novembro de 1923, através de um golpe que teve início na cidade de Munique. Usando como justificativa a gravíssima crise econômica que o país passava naquele momento, Hitler buscava o poder pela primeira vez, mas foi rapidamente reprimido pelo governo. O fracasso do movimento só serviu para expor mais ainda o quão grave era a situação da República de Weimar e para disseminar ainda mais as idéias nacionais socialistas.

De acordo com Shirer (1960), o julgamento de Hitler, realizado em 1º de abril de 1924, expôs claramente a simpatia que os próprios juízes haviam adquirido pelas idéias nazistas, ao alegarem que o movimento havia sido impulsionado por um espírito puro e nacional. Hitler foi condenado há apenas 5 anos de prisão, ficando detido por apenas 8 meses, enquanto há menos de cinco anos atrás líderes comunistas como Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht haviam sido condenados a morte por defenderem seus ideais. O movimento nazista só se fortaleceu no episódio. Durante o período que ficou na cadeia, Hitler deu início a *Mein Kampf*<sup>40</sup>, traduzido para o português como Minha Luta, livro em que Hitler reafirmou o que o partido já vinha pregando nos últimos cinco anos.

Nas eleições de 1925, o partido tem um desempenho mais fraco do que nas eleições anteriores. Esse fracasso foi atribuído ao fato de Hitler ter sido proibido em falar em público em diversas províncias pelo país, assim como a própria retomada econômica experimentada na Alemanha em meados da década de 1920. O presidente eleito foi o marechal von Hindenburg. As dificuldades enfrentadas por esse não permitem o sucesso do seu governo e recolocam o partido nazista imediatamente na posição que tinha anteriormente. É nesse período que o Partido Nacional Socialista, adquiriu consciência de que deveria ascender por vias legais, mesmo sem perder o radicalismo das idéias.

Em meados dos anos 20, Joseph Goebbels, considerado o gênio da propaganda nazista, se afilia ao partido. Goebbels era um homem requintado, de

---

ainda não havia sido ocupado pelos aliados. Porém em 28 de Abril de 1945 foi capturado por guerrilheiros da resistência italiana e executado sumariamente.

<sup>40</sup> *Mein Kampf* – Livro escrito por Adolf Hitler entre 1923 e 1925, no período onde esteve preso. Nesta publicação, Hitler fortalece a posição ideológica nacionalista e racista do movimento nazista.

fisionomia sisuda e dono de uma inteligência extraordinária, em pouco tempo passa a exercer um papel importante no partido e passa a ser responsável pela propaganda. Segundo Fest (1973) a propaganda foi o gênio do nacional-socialismo e não somente um instrumento de poder. Com Goebbels à frente da propaganda, a institucionalização do partido passou a ser definitivamente marcada pelo desenvolvimento de culto, antes nunca visto à personalidade, tendo a figura de Hitler maior que o próprio partido e mais adiante se tornaria maior até que a Alemanha. Movimentos como a juventude Hitleriana, mostram à que patamar chegou o culto à figura de Hitler.

Em meio à crise econômica que se abate sobre todo o mundo com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, o movimento nazista aproveita a situação para colocar a República de Weimar em mais descrédito ainda. O Partido cresceu de forma incrível e se tornou o mais importante da Alemanha, contando inclusive com o apoio da alta burguesia e de setores do governo. Nas eleições de junho de 1932, apesar de obter expressiva votação, dobrando suas cadeiras no Congresso, Hitler ficou em segundo nas eleições presidenciais. Sobre as eleições:

*“A agitação desencadeada por Hitler certamente nunca teria bastado para levá-lo ao poder. As eleições para o Landtag<sup>41</sup> da Prússia tinham realmente dado ao Partido Nazi 36,3% dos votos e esmagado a influência preponderante de que desfrutava a coligação entre social-democratas e partidos de centro. Mas a maioria absoluta ainda não fora atingida. Como também não o foi três meses depois, nas eleições para o Reichstag, que ocorreram no dia 31 de julho. Com suas 230 cadeiras, o partido tinha mais que duplicado seus representantes, e se tornara de longe a bancada mais forte.” (Fest, 1973; p. 355)*

O fato de não obter maioria absoluta serviu somente para retardar a ascensão definitiva dos nacional-socialistas. A crise econômica aliada a uma crise política crescente, quando a Alemanha teve três chanceleres em menos de um ano<sup>42</sup>, além de uma forte pressão da opinião pública, acabaram levando o presidente von Hindenburg a trazer o Partido Nazista para o seu governo. Pressionado por muitos setores da

---

<sup>41</sup> Landtag – É um conjunto representativo parlamentar com alguma autoridade legislativa típico nos países germânicos.

<sup>42</sup> Entre Janeiro de 1932 e Janeiro de 1933, quando Hitler ascende ao poder, a Alemanha teve como chanceler: Heinrich Brüning, até Maio de 1932; Franz von Papen, até Novembro de 1932 e Kurt von Schleicher, até Janeiro de 1933.

sociedade e até do antigo chanceler Franz von Papen<sup>43</sup>, antes opositor de Hitler, von Hindenburg acabou cedendo. Em 30 de janeiro de 1933, ele nomeia Adolf Hitler para ser o chanceler. Os nacional-socialistas finalmente chegavam ao poder.

---

<sup>43</sup> Franz von Papen – Chanceler da República de Weimar entre 1º de Junho de 1932 e 17 de Novembro de 1932. Amigo pessoal do presidente Von Hindenburg, durante muito tempo lutou contra a ascensão do Nazismo, porém em 1933 foi peça fundamental para convencer o presidente a nomear Hitler como chanceler. Durante o *III Reich*, Von Papen foi vice-chanceler, embaixador na Áustria e posteriormente na Turquia.



## II.2 A reestruturação política do Estado Alemão Nazista

O dia 30 de janeiro de 1933 é um marco importantíssimo na história da Alemanha. É nessa data que Adolf Hitler assume o papel de chanceler ao ser nomeado pelo presidente Paul von Hindenburg. A partir desse momento e durante os 12 anos seguintes, a Alemanha iria experimentar um dos regimes mais autoritários, mas ao mesmo tempo mais populares de que se tem conhecimento. Ao mesmo tempo em que foi responsável por suprimir liberdades, por restringir direitos individuais e por extinguir opositores, o regime nazista conseguiu recuperar a Alemanha crise econômica que atravessava desde a eclosão da Crise de 1929, conseguindo reerguer a auto-estima do povo alemão, extremamente abalada desde a derrota de 1918. O apelo nacionalista, conservador, anti-semita e anti-comunista que viria a se tornar a tônica da oratória nacional-socialista, já ficava bastante claro no discurso de Hitler em sua posse. O trecho a seguir, presente na obra de Stackelberg (1999), expõe esses valores:

*“O governo nacional considera que sua primeira e principal tarefa é a restauração da união do espírito e vontade de nosso povo. Vai preservar e proteger os fundamentos em que se baseia a força da nossa nação. Vai preservar e proteger o cristianismo, que é base de nosso sistema de moral, e a família, que é a célula germinal do povo e do estado. Vai ignorar as divisões e classes sociais, a fim de restaurar em nosso povo a consciência da união nacional e política, com as responsabilidades que isso acarreta. Vai usar a reverência por nosso grande e glorioso passado e o orgulho por nossas antigas tradições como a base para a educação da juventude alemã. Por isso, vai declarar uma guerra implacável ao niilismo espiritual, político e cultural. A Alemanha não quer e não vai afundar no comunismo anárquico”* (Stackelberg, 1999; p. 144)

Alinhados com esses propósitos, os Partidos Nazista e Nacionalista possuíam uma bancada bastante expressiva, porém não possuíam maioria absoluta. Segundo Shirer (1960), a coalizão governista possuía 247 das 583 cadeiras dentro do Parlamento. Para obter maioria era indispensável obter o apoio do Partido de Centro, que possuía um total de 70 cadeiras no Congresso. A negociação com os centristas, liderada por Hermann Goering, que acabara de ter sido nomeado Ministro do Interior da Prússia e chefe da polícia prussiana, não obteve sucesso. Goering sugeriu então a Hitler a dissolução do Congresso, com a convocação de novas eleições. A idéia foi aprovada por

Hitler que apenas dois dias após sua designação como chanceler, em 1º de Fevereiro, convocou novas eleições para 5 de março de 1933. Agora tendo a máquina do governo trabalhando ao seu dispor os nazistas achavam que seria fácil conquistar a maioria absoluta no Parlamento.

O mês de fevereiro seria então, um mês importante para que os nazistas fortalecessem sua posição e também de alguma forma eliminassem seus maiores adversários, os Comunistas. Com esse propósito qualquer meio era aceito pelos nacional-socialistas. Uma verdadeira caça as bruxas foi vista naquele mês. Hitler em 4 de Fevereiro, assinou um decreto de emergência, segundo ele para a “proteção do povo alemão” em resposta a greve convocada pelos comunistas em 31 de janeiro. O decreto concedia ao governo autoridade para censurar a imprensa democrática social e comunista. A polícia comandada por Goering agiu de forma bastante ativa nesse sentido, com esse objetivo de enfraquecer os adversários, principalmente o Partido Comunista para as eleições:

*“A 24 de fevereiro, a polícia de Goering invadiu a Karl Liebknecht Haus, o quartel-general comunista em Berlim. Ela havia sido abandonada algumas semanas antes pelos líderes comunistas, uma parte dos quais já havia passado à clandestinidade ou escapado disfarçadamente para a Rússia. Pilhas de material de propaganda, contudo, tinham sido deixadas no porão, o suficiente para fazer que Goering anunciasse num comunicado oficial que os “documentos” apreendidos provavam que os comunistas estavam prestes a desencadear uma revolução. A reação do público, e mesmo de alguns conservadores do governo, foi de ceticismo. Estava claro que algo de mais sensacional devia ser encontrado para impressionar a opinião pública antes que se realizassem as eleições de 5 de março” (Shirer, 1960; volume I, p. 287)*

Em 27 de fevereiro um incêndio criminoso atingiu o *Reichstag* em Berlim. Em meio ao processo eleitoral que ocorreria em poucos dias, o hábil Goebbels imediatamente acusou o Partido Comunista pelo atentado. Fato é que naquele momento então, com o controle da polícia, Goering agiu de forma precisa e todos os indícios apontavam que o atentado havia sido arquitetado pelos comunistas. Desde então estudiosos no assunto, tem diversas opiniões sobre o que realmente ocorre, mas tende-se a acreditar que foi um ato ligado a pessoas do NSDAP. Segundo Shirer (1960):

*“A verdade completa sobre o incêndio no Reichstag provavelmente nunca virá a ser conhecida. Quase todos que a conheciam estão agora mortos, a maioria chacinada por Hitler, nos meses que se*

seguiram. Mesmo em Nuremberg<sup>44</sup> o mistério não pode ser inteiramente desenredado, embora haja bastante evidência para que se estabeleça, além de qualquer dúvida razoável, que os nazistas que planejaram o premeditado incêndio e o utilizaram para seus próprios fins políticos” (Shirer, 1960; volume I, p. 289)

Após o suposto atentado comunista, Hitler agiu rapidamente e relatou os fatos em um tom de alta dramaticidade ao idoso presidente von Hindenburg<sup>45</sup>. Através do Decreto para a Proteção do Povo e do Estado o governo suspendia uma série de direitos constitucionais. Hitler facilmente convenceu o presidente a assinar o decreto. O governo Hitler em menos de um mês no poder já confirmava dois fatos evidentes: sua vertente altamente autoritária e a incapacidade de Von Hindenburg agir por vontade própria a partir daquele momento. Fest (1973) descreveu o encontro entre o Chanceler e o Presidente:

*“Já na manhã seguinte, Hitler se apresentava ao presidente do Reich em companhia de Von Papen. Após fazer um relato dramático dos incidentes, submeteu à aprovação de Hindenburg em decreto de emergência elaborado de antemão. Esse documento explorava ao máximo a ocasião. Abolia todos os direitos fundamentais importantes, ampliava consideravelmente o limite de aplicação da pena de morte e antecipava, por outro lado, numerosas manobras contra autonomia dos Länder<sup>46</sup>”* (Fest, 1973; p. 475)

O caminho para a ditadura nazista estava aberto, e as liberdades individuais daí para frente só iriam diminuir. O decreto de 28 de fevereiro, que segundo palavras do próprio Hitler, ironicamente visava a “Proteção do Povo e do Estado”, era o início de uma era sombria na Alemanha. Stackelberg (1999) descreveu com riqueza de detalhes as limitações previstas no decreto:

*“Sob a alegação de que o incêndio era um sinal para um levante comunista, Hitler assinou um decreto para a “Proteção do Povo e do Estado” no dia seguinte. O decreto proclamava um estado de emergência e suspendia a proteção constitucional das liberdades civis, inclusive a liberdade de imprensa, o direito de associação, a privacidade das comunicações postais, telegráficas e telefônicas, e permitia a busca das residências sem mandato judicial. O decreto também concedia ao governo do Reich a autoridade para interferir nos assuntos dos estados individuais, ostensivamente para manter a lei e a*

---

<sup>44</sup> Nuremberg – Cidade alemã, localizada no estado da Baviera, onde em novembro de 1945 foram realizados os julgamentos dos principais criminosos de guerra nazistas.

<sup>45</sup> O Presidente von Hindenburg, em março de 1933, tinha 85 anos de idade e já não possuía a saúde em perfeito estado.

<sup>46</sup> *Länder* – Palavra em alemão que significa estado.

ordem. O Decreto do Incêndio do Reichstag provocou uma onda de prisões, que logo superlotou o sistema penitenciário. Em março de 1933, o governo criou o primeiro campo de concentração oficial, em Dachau, perto de Munique, para alojar e “reeducar” os presos políticos e outros elementos “anti-sociais”” (Stackelberg, 1999; p. 146)

Em meio a toda essa situação, no dia 5 de março, as eleições ocorreram. Como era de se esperar, o Partido Nazista obteve maioria, mas acabou obtendo uma votação abaixo da desejada. Com cerca de 44% dos votos, mais os 8% dos nacionalistas, parceiros de coalizão, o governo de Hitler conseguiu apenas uma maioria simples do Parlamento, o que não era suficiente para que se governasse da forma que o Partido Nazista queria. Hitler desejava obter dois terços do *Reichstag*, o que lhe permitiria alterar a Constituição da maneira que desejasse. Sobre as eleições:

*“A cinco de março de 1933, dia das últimas eleições democráticas de que teriam notícia durante a vida de Hitler, ele falou com suas cédulas eleitorais. Apesar de toda a intimidação e de todo o terror, a maioria repudiou Hitler. Os nazistas alcançaram 17.277.180 votos – um aumento de cinco e meio milhões – mas representavam somente 44 por cento da votação total. Uma clara maioria ainda evitava Hitler. Toda a perseguição e a repressão das semanas antecedentes não impediram que o Partido do Centro elevasse efetivamente sua votação de 4.230.600 para 4.424.900. Com seu aliado, o Partido Bávaro Católico do Povo, obteve um total de cinco e meio milhões de votos. Inclusive os socialdemocratas mantiveram sua posição de segundo maior partido, atingindo 7.181.629 votos, com uma queda de apenas 70.000. Os comunistas perderam um milhão de votos, mas ainda contaram com 4.848.058 votos. Os nacionalistas dirigidos por Papen e Hugenberg<sup>47</sup> ficaram amargamente desapontados com sua própria contagem de 3.136.760 votos, simplesmente oito por cento dos votos computados e um ganho de menos de 200.000.*

*Com as 52 cadeiras dos nacionalistas somadas às 288 dos nazistas, obtinha o governo uma maioria de 16 lugares no Reichstag. Suficiente, talvez, para enfrentar os assuntos governamentais do dia-a-dia, mas bastante longe da maioria de dois terços que Hitler necessitava para empreender um novo e audacioso plano de implantação de uma ditadura com o consentimento do Reichstag.”* (Shirer, 1960; volume I, p. 294)

Para que Hitler obtivesse os dois terços, ele precisou negociar com o Partido de Centro e utilizando-se do decreto para a “Proteção do Povo e do Estado” que havia sido assinado após o incêndio do *Reichstag*, impediu que muitos opositores, principalmente

---

<sup>47</sup> Alfred Hugenberg – Importante líder do DNVP (Partido Nacionalista) durante toda a República de Weimar. Com o apoio do partido ao NSDAP, nos últimos anos da República, Hugenberg foi agraciado

os comunistas, pudessem participar. Para isso a SS<sup>48</sup> realizou prisões arbitrárias, execuções sumárias e se utilizou de toda a forma de terror. Dessa forma no dia 23 de março, o *Reichstag* votou uma Lei de Exceção que dava plenos poderes ao então chanceler:

*“Foi o Partido de Centro Católico que proporcionou a margem crucial para a maioria de dois terços necessária para a mudança da constituição. A 23 de março de 1933, o Reichstag aprovou a Lei de Exceção (chamada, num eufemismo, “Lei de Supressão do Sofrimento do Povo e do Reich”), por 444 votos a favor e 94 contra. Com os comunistas impedidos de ocuparem suas cadeiras, apenas os deputados do Partido Democrático Social (SPD) votaram contra a lei. A Lei de Exceção proporcionava a base legal para a ditadura de Hitler, ao conceder plenos poderes legislativos e executivos ao chanceler por um período de quatro anos. Depois de cumprir seu propósito, o Reichstag foi dissolvido outra vez. Em novembro de 1933, uma nova eleição sem adversários designou uma sólida chapa nazista. O que passou a ser um Reichstag apenas decorativo, aprovando tudo sem contestação, preservou a ilusão da legalidade ao prolongar a Lei de Exceção por mais quatro anos, em 1937, e outra vez em 1941.”* (Stackelberg, 1999; p. 147)

Dessa maneira, a democracia parlamentar deixava de existir. Na prática, Hitler passava a acumular o poder legislativo e executivo nas mãos do Partido Nazista, ou seja nas suas próprias mãos. O que ninguém poderia imaginar sé que esse poder pleno concedido a Hitler levaria a Alemanha, anos mais tarde, a pagar muito caro por isso. Shirer (1960) avaliou a Lei de Exceção:

*“A democracia parlamentar foi, assim, enterrada na Alemanha. A não ser pela prisão dos comunistas de alguns dos deputados socialdemocratas, tudo foi feito de forma completamente legal, se bem que acompanhado pelo terror. O Parlamento entregara sua autoridade constitucional a Hitler e, assim, suicidara-se, embora sobrevivesse, como uma recordação, até o fim do Terceiro Reich, servindo esporadicamente como caixa de ressonância para alguns dos estrondosos pronunciamentos de Hitler; seus membros, daí em diante, foram escolhidos pelo Partido Nazista, pois não houve mais eleições de verdade. Foi esse Ato de Autorização, e nada mais, que constituiu a base legal para a ditadura de Hitler. A partir de 23 de março de 1933, Hitler tornou-se o ditador do Reich, liberto de qualquer restrição do Parlamento ou, para todos os fins práticos, do idoso e exausto Presidente. Na verdade, muito ainda devia*

---

com os Ministérios da Agricultura e da Economia quando Hitler ascendeu. Mais tarde, ainda em 1933 ele sairia dos ministérios e perderia força no cenário político alemão em função de divergências com Hitler.

<sup>48</sup> SS – A *Schutzstaffel* (Esquadrão de Proteção) era a polícia política do Governo Nazista. No início do governo de Hitler tinha algo em torno de 60.000 membros, número que chegou a ultrapassar a barreira de 1.000.000 membros durante a segunda guerra. Considerada uma unidade de elite, respaldada pela alta cúpula do Partido Nazista, perseguiu judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e todo o tipo de opositores do regime de forma bárbara.

*ser feito para submeter a nação inteira e todas as suas instituições completamente, ao tacão nazista. Mas isto também foi levado a cabo com rapidez espantosa e com grosseria, impostura e brutalidade.”* (Shirer, 1960; volume I, p. 299)

É interessante se destacar o que tudo foi feito de maneira legal. Por mais que na prática a atuação dos nazistas não tenha sido inteiramente legal, Hitler teve o cuidado de criar um cenário de aparente legalidade, para legitimar seu poder. Enquanto a República de Weimar havia surgido com legitimidade contestável, nascendo de maneira até mesmo acidental, o *Reich* de Hitler surgiu supostamente de maneira legal.

Com o poder inteiramente em suas mãos, Hitler tinha autonomia total para implementar o programa do Partido, utilizando toda a forma de repressão aos opositores. A ideologia nazista passou a ser oficial na Alemanha e Joseph Goebbels, passou a ter um papel de destaque à frente do Ministério da Propaganda. O governo monopolizava os meios de comunicação, e se aproveitava para realizar uma verdadeira lavagem cerebral. Sem oposição, e com o controle da informação, a popularidade do governo era crescente. Os nazistas aproveitaram muito bem o desejo alemão de unidade nacional para iniciar a implementação da sua ideologia no que ficou conhecido como *Gleichschaltung*:

*“O anseio de uma união e uma comunidade nacional mais purificada, mais coesa e mais poderosa, expurgada de seus elementos perturbadores e divisivos, favoreceu em muito o esforço nacional-socialista de conquistar o monopólio do poder, pondo todas as instituições da sociedade alemã sob seu controle. O nome oficial dado a esse processo de sincronização, coordenação e subordinação foi Gleichschaltung, cujo significado literal é “mudar na mesma direção, linha ou corrente”. O objetivo expresso da Gleichschaltung era o de produzir uma Volksgemeinschaft<sup>49</sup> uniforme, harmoniosa e militante, uma comunidade nacional baseada na afinidade cultural e “racial” e na busca do objetivo comum na reconstrução nacional(...) Na prática, a Gleichschaltung significava a eliminação da sociedade alemã de toda a dissidência. Judeus e marxistas tornaram-se os alvos especiais e as vítimas primárias da Gleichschaltung.”* (Stackelberg, 1999; p. 149)

O *Gleichschaltung* se manifestou em praticamente todos os campos da sociedade alemã. Deve-se destacar a profunda reforma política que foi iniciada pelo governo federal. No que diz respeito aos governos estaduais, a partir de Abril de 1933, os governadores eleitos passaram a ser substituídos por outros designados por Hindenburg,

---

<sup>49</sup> *Volksgemeinschaft* – A tradução literal para o português é “comunidade do povo”.

sob recomendação de Hitler. Os sindicatos foram extintos e substituídos por única organização ampla e controlada pelos nazistas. Entre junho e julho de 1933, foi a vez dos partidos políticos ainda não dissolvidos, que já haviam se tornado completamente inúteis no momento em que Hitler havia eliminado o *Reishtag*, deixarem de existir na maioria dos casos de forma voluntária.

No sistema judicial, os nazistas tiveram pouco trabalho, uma vez a Federação dos Juízes Alemães antes mesmo da ascensão de Hitler já era dominada por nacionalistas e conservadores, que se opunham frontalmente à democracia social. No campo judiciário, a principal ação foi a suspensão de todos os juízes, procuradores públicos e promotores judeus. A partir de 7 de Abril de 1933, com a “Lei da Restauração do Serviço Público Profissional”, determinou-se a dispensa de todos os funcionários públicos adeptos da esquerda, de “origem não-ariana” e até mesmo daqueles casados com pessoas de “origem não-ariana”. Essa Lei previa uma exceção, exigida pelo presidente Von Hindenburg, a todos os veteranos e pessoas que tivessem perdido parentes próximos na Primeira Guerra Mundial, além de todos os funcionários que estivesse no cargo desde o início da batalha em 1914. Essa exceção seria extinta assim que o presidente viesse a falecer em 1934. Entretanto em nenhum desses setores, a *Gleichschaltung* foi tão evidente como no setor cultural e ideológico. É exatamente nesse campo que Goebbels, teve um papel fundamental.

Goebbels tinha um controle total sobre a propaganda, indústria cinematográfica, música popular, teatro e artes. O jornal do partido *Völkischer Beobachter*<sup>50</sup> passou inclusive a ser órgão oficial da Câmara de Cultura em 1934. Uma série de ações para difundir a ideologia nazista e refutar qualquer espécie de ideologia contrária ao governo foram implementadas. Entre Maio e Junho de 1933, o governo promoveu uma grande queima de livros em todo país que ficou conhecida como *Bücherverbrennung*<sup>51</sup>. Shirer (1960), destaca que livros de autores tidos como *undeutsch*<sup>52</sup>, entre eles Thomas

---

<sup>50</sup> *Völkischer Beobachter* – Jornal do partido nacional-socialista, criado por Dietrich Eckart no início da década de 1920, que tinha como editor-chefe Alfred Rosenberg, principal ideólogo do nacional-socialismo

<sup>51</sup> *Bücherverbrennung* – A tradução literal para o português é “queima de livros”. Entretanto o termo é constantemente associado especificamente a este evento.

<sup>52</sup> *Undeutsch* – Significa “pouco alemão” em alemão.

Mann<sup>53</sup>, Sigmund Freud<sup>54</sup>, Karl Marx<sup>55</sup>, foram queimados em praça pública em eventos organizados por associações de estudantes alemãs apoiada pela polícia, bombeiros e outras autoridades. Em pouco mais de um mês, milhares de livros, a maioria de bibliotecas públicas, queimada.

Com a morte de von Hindenburg em 2 de agosto 1934, Hitler passa a acumular, o papel de presidente com o de chanceler. Ao acumular os cargos Hitler somente confirmou, o que já era evidente: A Alemanha já era nazista e não haveria qualquer espécie de oposição capaz de ameaçá-lo. Hitler havia costurado uma aliança extremamente sólida com os conservadores, e controlado com rigidez os mais radicais descontentes do próprio partido. A partir daquele momento, ele passa a ser chamado de *Führer*, assim consolidava de ver o poder que vinha vislumbrando desde de 1923. Sobre o episódio:

*“Por todo o verão o aparentemente indestrutível Hindenburg foi naufragando e, a 2 de agosto, às nove horas da manhã, morreu, com oitenta e sete anos. Três horas depois, ao meio-dia, anunciou-se, de acordo com uma lei emanada do ministério no dia anterior, o cargos de Chanceler e Presidente tinham sido unificados e que Adolf Hitler assumira poderes de chefe de Estado e de Comandante Supremo das Forças Armadas. O título de Presidente foi abolido: Hitler ficaria conhecido como Führer e Chanceler do Reich. Sua ditadura era completa. Para evitar brechas, Hitler exigiu de todos os oficiais e membros das forças armadas um juramento de fidelidade, não para a Alemanha, nem para a constituição, que havia violado ao não convocar eleições para a sucessão de Hindenburg, mas para ele próprio”* (Shirer, 1960; volume I, p. 338)

Esse juramente também foi uma mera formalidade, pois Hitler já tinha o apoio dos militares por ter restaurado o exército, humilhado em Versalhes, assim como o apoio maciço de grande parte da população. Hitler sabia disso, tanto é que em 19 de agosto de 1934, promoveu o plebiscito para confirmar a unificação dos cargos de Presidente e Chanceler em suas mãos. É evidente que o resultado foi um esmagador “Sim”, ainda mais porque três dias antes o *Völkischer Beobachter*, publicou trechos da

---

<sup>53</sup> Thomas Mann – Notável escritor alemão, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura em 1929. Ferrenho defensor da República de Weimar e conhecido por sua conduta homossexual, Mann se exilou fora da Alemanha desde o momento de Hitler assume em 1933.

<sup>54</sup> Sigmund Freud – Médico neurologista tcheco, foi o fundador da Psicanálise. Morou em Viena até a Áustria ser anexada pela Alemanha, mudando-se para a Inglaterra em 1938, para fugir do Nazismo, já que era judeu.

<sup>55</sup> Karl Marx – Intelctual alemão de origem judaica, fundador do marxismo. Suas principais obras, como o Capital e o Manisfesto Comunista, são lançaram idéias para época extremamente revolucionárias que criaram o chamado Marxismo.



carta-testamento do presidente Hindenburg, elogiando veementemente Hitler e seu movimento, por superarem a luta de classes e restaurarem a união interna da nação alemã. O que o jornal deixou de mencionar, foi o fato que Hindenburg mencionava seu desejo de retorno da Monarquia, e afirmando levemente que o velho Marechal-de-Campo via em Hitler seu sucessor (Shirer, 1960, volume I, 342). De uma forma ou de outra, fato é que de aquele momento em diante, nos anos que se sucedeu, Hitler era o *Führer* e nada o impediria de implantar na Europa seus planos.

Deve-se destacar que em paralelo a essa reforma política que vinha sendo implantada na Alemanha, uma série de medidas no campo econômico, visando combater a crise, vinham sendo tomadas. A política econômica implantada pelo governo alemão, assim como paralelo entre o ela e o *New Deal* americano e a Teoria *Keynesiana* serão tratados no próximo capítulo desse trabalho.

## **CAPITULO III: A RETOMANDA ECONÔMICA ALEMÃ (1933-38) E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO INTERNACIONAL**

Em paralelo a toda as mudanças de cunho político e social implementadas por Hitler após sua ascensão e descritas no capítulo anterior, a Alemanha passou por importantes transformações econômicas naqueles anos que se sucederam. Tendo sido fortemente afetada pela crise internacional do capitalismo liberal pós crise de 1929, o novo governo recolocou o país no caminho do crescimento econômico através de uma política econômica intervencionista e um alto nível de investimento público em alguns setores da economia.

Esse capítulo tem como objetivo, apresentar as principais ações do governo nazista para buscar tal retomada, assim como traçar um paralelo de tal política econômica com aquela que vinha sendo implementada através do *New Deal* nos EUA e com a Teoria *Keynesiana* desenvolvida naquela mesma época.

### **III.1 A recuperação econômica da Alemanha nos primeiros anos do governo nazista (1933-38)**

Em paralelo as mudanças políticas e sociais ocorridas na Alemanha no início da década de 1930, uma série de medidas econômicas foi tomada visando conter a crise econômica, desencadeada após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Antes mesmo de abordar especificamente a economia alemã no período citado, vale a pena observar alguns pontos referentes à economia presentes no Programa de 25 pontos do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, lançado em 1920. Esse programa tem papel fundamental nas diretrizes que viriam a guiar a política econômica alemã que a partir daí seria marcada por um Estado fortemente intervencionista, alto grau de corporativismo e frontalmente contrário ao liberalismo, como descreve Hardach (1980):

*“(...) the state is obligated to ensure the gainful employment and livelihood of citizens, while every citizen is obligated to work, intellectually or physically; individual activity must never clash with the interests of the community, but must be carried out within the collective framework for the good of all. A land reform policy suited to the nation’s needs, confiscation of real estate without compensation for community purposes, and prevention of land speculation; a ruthless fight against usury and profiteering; wide expansion of care for the aged; the creation of a healthy middle class (...) Besides such generalities*

*there were a few more specific demands: abolition of income not earned by work and toil, and “the breaking of interest-slavery”; confiscation of all war profits; nationalization of all trusts; profit-sharing in large enterprises; immediate takeover of department stores by municipalities in order to make space at low rates available for small tradespeople; the utmost consideration for small-scale enterprises in placing orders for government purchases; and acquisition of land (colonies) to feed the German people and settle the surplus population.”*<sup>56</sup>(Hardach, 1980; p. 53)

Em poucas linhas, ao observar tal programa fica bastante evidente a tendência altamente intervencionista na economia alemã a partir desse momento. A principal mensagem do governo era a de que a economia deveria atender primeiramente aos interesses coletivos, deixando interesses individuais em segundo plano. A estratégia para a retomada da economia alemã seria através de um forte incremento dos gastos governamentais em obras públicas, e para isso o programa lançado pelo governo permitia a utilização de recursos de origem privada, principalmente judeu, sem prever nenhuma espécie de compensação financeira aos detentores de tais recursos.

Para legitimar tais ações, o governo soube utilizar-se em paralelo de uma ferramenta poderosíssima, a propaganda de Goebbels. As ações implantadas foram não só uma ferramenta econômica, mas também política e de propaganda. Em um país que apresentava altos níveis de desemprego nos anos anteriores, o reaquecimento econômico se tornou uma arma importante nas mãos do governo. Isso porque à medida que se realizavam investimentos em infra-estrutura, eram implantadas políticas voltadas ao trabalhador, principalmente os desempregados. Enquanto isso ocorria, uma maciça dose de propaganda acompanhava tais medidas. Sobre isso:

*“A number of these indirect incentives aided the building industry to a considerable extent. The direct public investment expenditures for the construction of waterways, railroads, public buildings, and*

---

<sup>56</sup> O Estado é obrigado a garantir o emprego remunerado e de subsistência dos cidadãos, enquanto que cada cidadão é obrigado a trabalhar, intelectual ou fisicamente; A atividade individual nunca deve colidir com os interesses da comunidade, mas devem ser realizadas no âmbito coletivo para o bem de todos. Uma política de reforma agrária adaptada às necessidades do país, confisco de bens imóveis sem remuneração para fins comunitários e prevenção da especulação imobiliária; uma luta implacável contra a usura e a especulação; expansão dos cuidados para os idosos, a criação de uma classe média saudável ( ...) Além dos pontos gerais, havia algumas demandas mais específicas: a abolição dos rendimentos não auferidos por obras e do trabalho, e "a abolição da escravidão do juro", o confisco de todos os lucros de guerra; nacionalização de todos os trusts; participação nos lucros em grandes empresas ; aquisição imediata de lojas de departamento dos municípios, a fim de dar espaço a preços baixos disponíveis para pequenos comerciantes, atenção máxima para pequenas empresas em ordens de compras governamentais, e aquisição de terras (colônias) para alimentar o povo alemão e resolver o excesso de população.

*the superhighways (Reichsautobahn<sup>57</sup>) which had been begun with a great deal of propaganda, almost totally assisted the building industry. The employment impact of pump-priming policies was to be enlarged by various stipulations in the implementing statutes: eg., that the encouraged activity had to be done by hand, unless the use of machinery was indispensable; that 80 percent of the additional workers hired had to be unemployed persons receiving relief; that the increased business activity was not to lead to longer working hours<sup>58</sup>.*” (Hardach, 1980; p. 58)

Nesse período, é evidente a capacidade que o governo nazista teve para reverter a crise e recolocar a Alemanha a caminho do crescimento econômico. O debate quanto à questão do intervencionismo do Estado se coloca como fundamental para essa questão, mas fica evidente que era a melhor alternativa capaz de reverter tal crise. Galbraith (1994) afirma que a crença da capacidade dos mercados se regularem de maneira automática perdia força, para reforçar essa necessidade de um intervencionismo maior. O Quadro III dá uma boa noção do acréscimo de investimento público na economia alemã:

QUADRO III: GASTO PÚBLICO POR CATEGORIA NA ALEMANHA ENTRE 1928 e 1938 (em Bilhões de Marcos Alemães)

	1928	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Gastos Totais	23,2	17,1	18,4	21,6	21,9	23,6	26,9	37,1
Construção	2,7	0,9	1,7	3,5	4,9	5,4	6,1	7,9
Rearmamento	0,7	0,7	1,8	3,0	5,4	10,2	10,9	17,2
Transporte	2,6	0,8	1,3	1,8	2,1	2,4	2,7	3,8
Criação de Trabalho	-	0,2	1,5	2,5	0,8	-	-	-

(Fonte: Overy, 1982; p. 48)

Nesse quadro fica claro que após uma redução drástica dos gastos públicos ocorrida imediatamente após a crise de 1929, a partir de 1932, há um forte crescimento

<sup>57</sup> *Reichsautobahn* – Grandes auto-estradas alemãs, construídas naquele período.

<sup>58</sup> Um certo número desses incentivos indiretos auxiliou a indústria da construção civil em grande medida. O investimento público direto em construção de hidrovias, ferrovias, edifícios públicos, bem como a auto-estradas, que havia sido iniciado com uma grande dose de propaganda, quase que por si próprio assistiu a indústria da construção civil. O impacto no nível de emprego gerado pela injeção de políticas foi bastante ampliado por várias leis como por exemplo: incentivo a atividade feita manualmente, a menos que a utilização das máquinas fosse indispensável; 80 por cento dos novos trabalhadores contratados deveriam ser desempregados que estivessem recebendo assistência; aumento da atividade empresarial sem que esta levasse a mais horas de trabalho.

dos gastos do governo principalmente em dois setores: o de construção e o bélico. O setor de construção cresceu mais de 850% em apenas seis anos e o investimento no rearmamento do país atingiu mais de 2450% nesse mesmo período. O investimento no setor de construção foi citado anteriormente em Hardach (1980) e teve papel importantíssimo como instrumento para a redução do desemprego. Em Overy (1982) é citado que o número de trabalhadores empregados na construção em 1933 era de 666 mil, enquanto em 1936 esse número já ultrapassava a marca de 2 milhões. Ainda segundo o autor somente no setor de construção civil e no setor automobilístico eram cerca de 1,1 milhões de pessoas empregadas.

Para se ter uma idéia da questão do emprego, segundo Hardach (1980), o desemprego na Alemanha que no início de 1933 era de aproximadamente 6 milhões de pessoas, já no final do ano era de um terço menor, atingindo a marca de 4 milhões de desempregados e ao final de 1936, segundo informações do governo havia pleno emprego. É claro que essa informação parece a primeira impressão pouco confiável. Mesmo que tenha havido um grande esforço em termos de investimentos na economia, conseguir levar um desemprego de 6 milhões para zero em 3 anos acabou sendo fantasioso.

Hardach (1980) explica que em paralelo a todas as ações econômicas, o governo implementou algumas políticas e modificou a forma de contagem do número de desempregados, tendo em vista atingir tal índice. A partir de 1933, as mulheres deixaram de ser contadas como desempregadas; Em meados de 1935, judeus perderam a condição de cidadãos do Reich, tendo suas propriedades gradativamente confiscadas e não contando mais como desempregados; em março de 1935, foi implementado o serviço militar obrigatório; a partir de junho de 1935, o trabalho voluntário passou a ser contabilizado como trabalho remunerado; ao desempregado eram dadas duas opções: ou trabalhar para o governo sob baixíssimos salários ou permanecer segregado da esfera governamental, sem acesso a qualquer espécie de benefício como educação e saúde; criação da Frente Alemã de Trabalho, colocando em prática programas governamentais de trabalho que absorviam boa parte da mão-de-obra disponível, ora empregando-a no melhoramento da infra-estrutura do país, ora nas indústrias e na produção bélica.

Essas medidas ocorreram à custa de pesadíssimos investimentos por parte do Estado, porém gerando um comprometimento a longo prazo as finanças. O que se viu, em consequência disso, foi um déficit crescente. Segundo Overly (1982) de 1932 até 1938, a arrecadação do Estado havia subido de 6,6 bilhões de Reichsmarks para 17,7 bilhões, no entanto os gastos, no mesmo período, subiram de 9,2 bilhões de marcos para 32,9 bilhões. Em 1939, o déficit acumulado era de mais de 40 bilhões de marcos.

A política econômica deficitária, levou a uma pressão inflacionária tão forte, que de acordo com Hardach (1980), teria levado o governo a decretar, em 1936, o congelamento. O governo alemão começava a demonstrar sua incapacidade de lidar com o controle de preços e sua interferência constante teve como efeito principal engessar a economia, o que dificultou o aumento gradual e equilibrado da produção. A partir de 1936, o dirigismo econômico passou, gradualmente, a substituir a adaptação automática da produção pelo mercado, de maneira que a regulamentação econômica passou a ser ainda maior.

Deve-se entender, é claro, que para Hitler, não era um grande conhecedor de Teoria Econômica. Na verdade, o foco nas políticas fiscal e monetária tinha como objetivo imediato superar a crise, porém isso se dava em função das necessidades de rearmamento da Alemanha e como parte de um projeto político que, a médio prazo, previa a hegemonia alemã na Europa continental e a colonização da Rússia, através de mecanismos de espoliação que garantiriam à ao Terceiro Reich acesso a matérias-primas a preço vil e mão-de-obra escrava.

Sendo assim, pode-se afirmar que de certa forma todo aquele esforço econômico na Alemanha tinha como um dos principais objetivos, iniciar os planos expansionistas de Hitler. Independentemente do fato de ter sido eficiente, a política econômica no início do Terceiro Reich tinha um objeto político e militar, embora até 1936 não houvesse um investimento tão significativo na indústria bélica. É necessário lembrar que a retórica nazista sempre associou a crise econômica às imposições feitas no Tratado de Versalhes. Sendo assim, já pode se identificar naqueles primeiros anos, alguns pontos de rompimento com tal acordo, o que já indicava a tendência que se seguiria nos anos a seguir. Ainda assim, não se deve deixar de se destacar que de fato principalmente nos primeiros anos nos nazistas no poder, de fato a Alemanha

experimentou uma forte retomada da sua atividade econômica, que Stackelberg (1999), assim descreve:

*“Em meados da década de 1930, medidas para ampliar o poder de compra, através de criação de empregos, projetos de obras públicas, expansão do sistema de seguridade social e do seguro de desemprego, subsídios agrícolas, taxaçoão progressiva e legislação para fortalecer os sindicatos já haviam melhorado os piores efeitos da depressão nos Estados Unidos. Medidas similares ao New Deal de Roosevelt acabaram sendo adotadas, em grau maior ou menor, pela maioria dos países europeus. Tiveram uma argumentação teórica com as obras de John Maynard Keynes<sup>59</sup>. O aumento dos gastos com obras públicas e o rearmamento, sob os nazistas, ajudaram a tirar Alemanha da depressão.”* (Stackelberg, 1999; p. 121)

Como se observa no trecho, a política economia alemã do período se encontra fortemente inserida no contexto econômico da época, tendo uma relação bastante íntima com as idéias *keynesianas*, e sendo em muitos aspectos semelhantes ao próprio *New Deal* norte-americano de Franklin Delano Roosevelt<sup>60</sup>. A ascensão do Partido Nazista impulsionou uma recuperação econômica em um grau bastante elevado, o que de certa forma se refletia em outros países do continente europeu. Sobre a política econômica alemã no período:

*“The economic recovery that followed raised than, and since, important questions about the relationship between state and economy, questions that have come more clearly into focus with renewed emphasis in recent years on markets rather than state initiative in the developed economies. More controversially, the economic recovery stands at the centre of any ‘positive’ view of the Third Reich. If there is still disagreement about how the Nazi economy should be interpreted, there is a general consensus that recovery did occur at a faster rate and to a higher level than almost anywhere else in Europe. Since a central feature of the revival was the regime’s willingness to undertake schemes of deficit financing, the myth has taken the root that Hitler was a Keynesian before Keynes, and being so won widespread support inside Germany in the years of peace and returning prosperity.”*<sup>61</sup> (Overy, 1982; p. 1)

---

<sup>59</sup> John Maynard Keynes – Economista britânico, escritor de Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, obra que lançou a pedra fundamental da chamada escola keynesiana.

<sup>60</sup> Franklin Delano Roosevelt – 32º presidente dos Estados Unidos da América, eleito em 1932. Foi o grande responsável pela recuperação norte-americana durante a Grande Depressão, através do New Deal, adquirindo tamanha popularidade, que foi reeleito para mais três mandatos, tendo falecido ainda durante o último deles em 1945.

<sup>61</sup> A recuperação econômica que se seguiu, estimulou um debate sobre a relação entre o Estado e a economia, sendo que nos últimos anos as economias desenvolvidas tem se voltado a economias de mercados, em vez de iniciativa estatal. Mais incontestavelmente, a recuperação econômica ergue-se no centro de qualquer visão positiva do Terceiro Reich. Se ainda há discórdia sobre a forma como a

É interessante notar que em função da política econômica do *III Reich*, Overy (1962) traça um paralelo entre Hitler e a teoria *keynesiana*<sup>62</sup>, que àquela altura ainda não havia sido formalizada. A verdade é que, Hitler, ao colocar em prática um largo programa de intervencionismo econômico, a aplicação da teoria *keynesiana* se apresentou como o primeiro para a recuperação econômica imediata, e se afastando ao longo do seu governo:

*“O nazismo seguiu o receituário de economias mistas que caminham na direção do autoritarismo político e do forte intervencionismo econômico. A aplicação do keynesianismo foi apenas o primeiro passo, depois veio o processo de cartelização da economia, a fusão forçada de empresas, o controle dos mercados, de preços e de salários, o fim dos sindicatos, a supervisão estrita dos pequenos negócios e da agricultura, e por fim uma associação entre o grande capital industrial e a burocracia do planejamento estatal na condução da economia com duplo propósito: prepará-la para a guerra e conduzi-la quando da sua eclosão; manter o consumo civil em nível adequado a fim de assegurar a sustentação do regime.”* (Feijó, 2009; p. 11)

Ainda sobre esse ponto, Overy (1982) é taxativo:

*“If a high level of state expenditure and of government control over the economy is a sufficient definition of Keynesianism, then both Hitler and Stalin can be counted among its first practitioners. The evidence suggests, however, that in terms of both the letter and the spirit of the theory the German economic recovery was not Keynesian. It was instead the product of a wide range of increasingly coercive economic policies centred around government strategy to revive investment, control consumer demand and prepare for war.”*<sup>63</sup>(Overy, 1982; p. 50-51)

Mas assim fica então um último debate sobre a natureza da economia alemã do período citado. Podemos classificá-la como uma política econômica essencialmente *keynesiana*? Até que ponto foi as ações do governo se assemelham aquelas tomadas por exemplo pelo governo Roosevelt nos Estados Unidos através do seu *New Deal*? Para

---

economia nazista deve ser interpretada, existe um consenso geral de que a recuperação não ocorreu em um ritmo mais rápido e mais elevado do qualquer outro lugar na Europa. Uma vez que a característica central da recuperação alemã era a vontade do regime empreender maneiras de financiamento do déficit, o mito tomou a rota que Hitler era um *keynesiano* antes de Keynes, e sendo assim ganhou amplo apoio dentro Alemanha nos anos de paz enquanto a prosperidade regressava.

<sup>62</sup> Teoria *keynesiana* – Teoria econômica lançada por John Maynard Keynes no livro “Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda” publicado em 1936.

<sup>63</sup> Se um nível elevado de gastos públicos e de controle do governo sobre a economia é uma definição suficiente de *keynesianismo*, então, tanto Hitler e Stalin podem ser considerados entre os seus primeiros praticantes. A evidência sugere, no entanto, que tanto em termos de letra e o espírito da teoria da recuperação econômica alemã não era *keynesiana*. Era na verdade, o produto de uma ampla gama de



ter uma opinião definitiva é necessário conhecer um pouco mais sobre *Teoria Keynesiana* e *New Deal*. Os próximos tópicos desse capítulo estarão apresentando a um breve estudo desses temas, tendo em vista identificar possíveis pontos de semelhança e diferenças em relação à economia alemã nazista.

---

políticas econômicas cada vez mais coercivas centradas em torno da estratégia do governo para retomar o investimento, controlar a demanda dos consumidores e se preparar para a guerra.

## III.2 O New Deal norte-americano

Epícentro da Grande Depressão, os Estados Unidos no início da década de 1930 conheceram a maior crise econômica e social de sua história. Usualmente, utiliza-se a Quebra da Bolsa de Valores da Nova York como marco que define o início da Grande Depressão. Entretanto a crise já vinha se desenhando bem antes de Outubro de 1929. A partir da segunda metade da década de 1920, o crescimento acelerado das indústrias na América do Norte, não era acompanhada por um aumento equivalente da demanda. Esse desequilíbrio foi causado muito em função de o crescimento das indústrias, e conseqüentemente do lucro dos capitalistas, não ter sido acompanhado por um crescimento dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e dos camponeses. Dessa forma não houve efetivamente a criação de um grande mercado consumidor dos produtos industrializados. Essa dinâmica foi responsável por um grave fenômeno de superprodução, que levou a demissões, que por sua vez diminuíram ainda mais o consumo. Sobre os motivos que levaram a crise de 1929:

*“Os estoques industriais, empilhados nos depósitos muito antes do craque no mercado de ações em Nova Iorque, devastaram os mercados financeiros do mundo. A superexpansão industrial e o excesso de produção (ou deficiência de consumo) levaram à dispensa de trabalhadores, assim reduzindo ainda mais o poder de compra das massas e a demanda de produtos industriais. Empresas que haviam se expandido à base de crédito, durante os anos de prosperidade da década de 1920, tiveram de fechar, muitas vezes levando seus credores à falência no processo. Os depositantes iniciaram uma corrida aos bancos, já enfraquecidos pela inadimplência em muitos de seus empréstimos. O resultado desse círculo vicioso de falência de empresas, desemprego crescente e pânico financeiro foi a penúria generalizada, insegurança psicológica e um crescente clamor por uma solução política para a crise.” (Stackelberg, 1999; p. 120)*

Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York foi apenas a gota d'água que levou os Estados Unidos, e todo o mundo imediatamente depois, a um período de longa e grave crise econômica. De acordo com Stackelberg (1999), entre 1929 e 1933, o PIB norte-americano despencou mais de 40%, o desemprego praticamente triplicou, atingindo mais de um quarto da força de trabalho e grande parte dos que se mantiveram empregados tiveram que aceitar sensíveis reduções salariais. Milhares de instituições bancárias quebraram e a produção, tanto industrial como a agropecuária, não tinha mais

demanda em função da queda da renda dos trabalhadores. A crise foi generalizada e atingiu todas as camadas da sociedade desde os trabalhadores assalariados aos agricultores, capitalistas e banqueiros.

Mesmo com a nação afundada na depressão, o presidente Herbert Hoover<sup>64</sup> relutou para intervir na economia, e quando interviu foi com o objetivo de cortar gastos, o que somente agravou a crise. Diante dessa posição, e com a crise atingindo níveis cada vez mais preocupantes, os norte-americanos substituem o republicano Hoover pelo democrata Franklin Delano Roosevelt nas eleições presidenciais de 1932.

Roosevelt, ao assumir a Casa Branca em 1933, deu uma guinada na economia norte-americana. Assim que ascendeu ao poder, o presidente implantou o *New Deal*, um conjunto de medidas a serem tomadas nos anos seguintes visando reverter a crise. Diferentemente do ex-presidente Herbert Hoover, Roosevelt através do *New Deal*, assumiu que a economia por si só, sem nenhuma intervenção, seria incapaz de reverter tal quadro de crise e sendo assim atribui ao Estado um papel bem mais ativo na vida econômica e social do país:

*“O aspecto mais importante da filosofia do New Deal era a crença de que a sociedade como um todo, por intermédio do governo, precisa proteger a si mesma e a seus integrantes das forças destrutivas inerentes a uma economia de mercado industrial. Isso representava uma grande mudança com relação à filosofia de que se deveria dar liberdade absoluta ao mercado auto-ajustável e que pessoas, recursos e riquezas deveriam ser tratados essencialmente, como mercadorias.”* (Fusfeld, 2001; p. 144)

O New Deal não só representou apenas uma política econômica, como também representou uma mudança na tradicional filosofia liberal norte-americana. A filosofia liberal de Adam Smith<sup>65</sup>, que vigorava nos Estados Unidos em toda a sua história, mostrava-se incapaz de reverter a decadência econômica. O ideal do Laissez-faire<sup>66</sup> que havia guiado os Estados Unidos desde sua independência em 1876, não só em suas políticas econômicas como sociais, foi pela primeira vez colocado de lado. Segundo

---

<sup>64</sup> Herbert Hoover – 31º presidente dos Estados Unidos da América, eleito em 1928. Integrante do Partido Republicano, Hoover governou os Estados Unidos entre 1929 e 1932.

<sup>65</sup> Adam Smith – Economista e filósofo escocês, foi o mais importante teórico do liberalismo econômico.

<sup>66</sup> *Laissez-faire* – Expressão francesa, cuja tradução literal é Deixa Fazer, tipicamente associada ao ideal liberal.

Smith, em sua obra *A Riqueza das Nações*<sup>67</sup>, o auto-interesse dos indivíduos levava ao bem coletivo, sem que houvesse qualquer intervenção estatal. Esse paradigma foi rompido, a partir do momento no qual o Estado passou a interferir não só na economia, como também passou a proteger o próprio indivíduo e seus interesses:

*“O crescimento da responsabilidade governamental sobre assuntos econômicos durante a década de 1930 apoiava-se numa nova concepção da posição do indivíduo na sociedade. A antiga proposição – de que os indivíduos maximizadores de lucros contribuía mais para o conjunto da sociedade e, portanto, os malsucedidos teriam de suportar o custo por si sós – não era sustentável na sociedade industrial moderna, especialmente por estar acometida de uma crise econômica que esmagava não apenas desempregados, mas também empregados trabalhadores e inteligentes. Tomou seu lugar a crença de que a sociedade era responsável pelo bem-estar de cada um (...). Uma meta das políticas do New Deal era criar segurança econômica suficiente para liberar mais energias individuais que iriam, a longo prazo, mais do que compensar os custos incorridos. Na prática, isso significava a aprovação de uma série de medidas de “bem-estar” – seguro-desemprego, seguridade social, indenização aos trabalhadores e subvenções federais para educação e saúde – que alcançaram aceitação geral hoje em dia. Evidentemente tais medidas não são simplesmente preocupações humanitárias – elas também ajudam a estabilizar a demanda do consumidor.” (Fusfeld, 2001; p. 147)*

Essa nova maneira de encarar o papel do Estado nas políticas econômicas e na vida do indivíduo, guiaram a formulação e a implementação do New Deal. O plano previa cinco principais tipos de intervenção direta do Estado em assuntos econômicos, que segundo (Fusfeld, 2001), visavam proteger a sociedade e seus integrantes das forças destrutivas inerentes a uma economia de mercado industrial.

O primeiro ponto levantado pelo *New Deal*, dizia respeito à questão do emprego. O governo admitia assim que era responsável por garantir o nível de emprego alto, dessa forma devendo atuar diretamente no combate ao crescente desemprego. Isso implicava no uso do orçamento federal para geração de empregos, já que o gasto privado, naquele momento, era insuficiente para que o nível de emprego alcançasse um nível adequado. O aumento do gasto público nos EUA se deu na forma de pagamentos diretos de assistência, realização de uma grande quantidade de obras públicas e a criação de programas públicos voltados para desempregados e jovens. A questão do aumento do dispêndio público, mesmo tendo sido causadora de um grande déficit orçamentário nos Estados Unidos durante toda a década de 1930, teve como reflexo

---

<sup>67</sup> *Riqueza das Nações* – Publicada em 1776, foi a principal obra de Adam Smith e da teoria liberal em

imediatamente uma redução considerável do desemprego. O nível de desemprego, entretanto, em nenhum momento durante a década de 1930, sequer se aproximou dos índices da década de 1920.

A segunda diretriz do *New Deal* se referia à questão da relação trabalhista no país. Dessa forma, foi definida uma legislação que estabelecia a negociação como meio de resolver as disputas entre a mão-de-obra e os capitalistas. Essa questão já era uma demanda antiga das classes trabalhadoras menos radicais, que representavam a maior parte dos trabalhadores. Segundo Fusfeld (2001), como os socialistas, que já haviam sido muito fortes, perderam muita força a partir do período da Primeira Guerra Mundial<sup>68</sup>, a negociação coletiva passou a ser a única alternativa viável para os trabalhadores. Em 1935, os trabalhadores obtiveram uma grande conquista e o presidente Roosevelt, decretou a Lei Nacional de Relações de Trabalho, regulamentando a negociação coletiva como meio de diálogo entre trabalhadores e empresários. Vale ressaltar, que apesar de sofrer uma resistência de parte do empresariado, uma quantidade bastante considerável dos capitalistas apoiou o presidente nesse sentido, o que se certa forma facilitou e muito a implementação da lei.

O terceiro tipo de intervenção do governo na economia se referia a relação entre governo e empresas. Essa forma de intervenção, altamente questionada desde o momento que foi divulgada, não obteve um sucesso completo. Esse ponto consistia precisamente em uma efetiva intervenção do Estado em uma série de setores da economia, regulamentando o mercado, através de um controle de preços, divisão de mercados e contenção da concorrência. Na verdade, o governo baseava-se na experiência que já vinha tendo no setor de transporte ferroviário desde o final do século XIX. A idéia foi replicar essa experiência para uma série de outros ramos da economia, visando manter o lucro e a segurança das empresas. Essa idéia visava assim, evitar que a experiência especulativa, ocorrida no regime liberal durante a década de 1920, ocorresse novamente:

*“Nos anos de 1920, a idéia de “autogestão das empresas” espalhou-se por todo o empresariado devido ao crescimento das associações de comércio. Sob o New Deal, ela foi incorporada à*

---

todos os tempos.

*Administração da Recuperação Nacional, um esforço importante para promover a recuperação econômica por meio de “códigos de conduta” concebidos para limitar a concorrência e manter os preços em níveis lucrativos.” (Fusfeld, 2001; p. 145)*

Setores como o de produção de carvão, da energia elétrica, de comunicação, de instituições financeiras e agricultura passaram a ser regulamentados, tendo resultados diversos. Um fator interessante a ser destacado é que em muitos desses setores, essa atuação do governo criou uma cultura de regulamentação estatal, que perdurou por muitas décadas até os governos neoliberais norte-americanos a partir da década de 1980, alterarem essa tendência.

O quarto ponto de intervenção do Estado nos assuntos econômicos se referiu ao planejamento regional de uso da terra baseado nos recursos hídricos. Essa ação do governo, na verdade refletia uma série de medidas anteriores ao próprio *New Deal*, referentes ao cultivo de terras, desenvolvimento de curso d'água, conservação florestal, planejamento urbano e desenvolvimento do potencial energético.

O quinto e último tipo de intervenção econômica do governo norte-americano no *New Deal* foi na relação direta do governo com as pessoas. O governo passou a exercer um papel de proteção ao indivíduo, visando amortecer os impactos negativos que a economia pode exercer na vida das pessoas. Isso diz respeito, como foi dito anteriormente, a essa nova relação do governo com os indivíduos, que quebrou com o paradigma liberal de Adam Smith, e, além disso, lançou as bases do que posteriormente se chamaria de *Welfare State*<sup>69</sup>. Apesar de não prover assistência médica universal, o *New Deal* implementou a assistência médica para idosos e necessitados. Além disso, implementou outras formas de assistência aos idosos e aos sobreviventes de guerra, seguro-desemprego, legislação de salário mínimo, proibição do trabalho infantil e limitação da jornada de trabalho.

É indubitável a importância que o *New Deal* teve na recuperação econômica dos EUA, após a grande crise iniciada em fins da década de 1920. A intervenção do Estado naquele momento era necessária para estimular a economia norte-americana a reagir, e

---

<sup>68</sup> A partir do período da Primeira Guerra Mundial, os sindicatos mais radicais e o Partido Socialista perderam muita força em função de medidas repressivas tomadas pelos governos estaduais e federal, assim como pelas cortes.

<sup>69</sup> *Welfare State* – Estado de Bem-estar Social

nesse ponto, sem dúvida o governo Roosevelt foi bastante eficiente. É fato então, que aquele conjunto de medidas teve um legado extraordinário em uma série de campos, principalmente na questão da relação do Estado com o indivíduo. O governo passou a exercer um papel assistencialista muito mais ativo, principalmente para os mais desfavorecidos, como os desempregados, idosos e crianças. Há, entretanto, fatores que podem ser colocados como pontos negativos do plano, como por exemplo, o déficit orçamentário e a questão do aumento dos poderes do Governo Federal em detrimento dos estados, tradicionalmente independentes politicamente. Sobre os efeitos positivos e negativos do *New Deal*:

*“Dois outros aspectos das transformações da década de 1930 foram de grande significância. Primeiro, os programas de reformas e bem-estar reforçaram bastante a organização econômica e social das nações. Por intermédio de sindicatos trabalhistas e negociações coletivas, os trabalhadores conseguiram atingir um padrão de vida mais elevado e uma sensação de dignidade e importância. Os fazendeiros foram protegidos de parte da insegurança que encontravam em seu setor altamente instável. Famílias de classe média foram auxiliadas na aquisição de casa própria e suas poupanças foram protegidas. Algumas das práticas mais abusivas dos grandes conglomerados empresariais foram proibidas e a regulamentação governamental sobre outras atividades empresariais foi expandida. Os riscos associados à idade avançada foram reduzidos, e um sistema de assistência aos pobres começou lentamente a funcionar.(...) O New Deal, como resposta dos Estados Unidos ao desafio das transformações, foi mais uma reforma do que uma revolução.*

*Em um segundo aspecto, o legado do New Deal foi menos favorável. Ele colocou em marcha uma mudança rumo a uma versão americana do estado corporativo que muitos relutavam em reconhecer. À medida que o governo federal tornava-se o instrumento da reforma, e os dispêndios federais eram aumentados para atender às necessidades sociais, o poder político tendia a pender dos estados para Washington. Em Washington, o poder executivo ganhou poder em detrimento do Congresso, em parte porque o presidente tomava a iniciativa de proposição de leis, em parte porque os maiores dispêndios federais eram administrados pelo executivo.(...) As reformas do New Deal trouxeram um crescimento do poder do governo nacional, principalmente do executivo, que mais tarde propiciariam ainda mais poder aos militares.” (Fusfeld, 2001; p. 148)*

### III.3 A Teoria Keynesiana

Enquanto a economia internacional experimentava os efeitos da depressão, John Maynard Keynes observando os elevados níveis de desemprego iniciou a elaboração de uma teoria alternativa à ortodoxia clássica. De acordo com a teoria ortodoxa clássica o desemprego involuntário era visto apenas como um desequilíbrio transitório que fatalmente era superado através de ação das forças de mercado, sem que houvesse qualquer necessidade de intervenção estatal. Entretanto, era evidente àquela altura que a teoria ortodoxa era incapaz de explicar e, conseqüentemente, remediar os efeitos da crise que já perdurava há alguns anos. Sobre a incapacidade dos ortodoxos explicarem a crise, escreveu Galbraith (1994):

*“Com o aprofundamento da depressão e o enfraquecimento da fé na tendência do ciclo de negócios se autocorrigir, começou-se a buscar por falhas econômicas e ações corretivas (...). A idéia de que a recuperação poderia vir do aumento dos gastos públicos, do aumento do déficit público, estava muito além do alcance de qualquer idéia responsável. Na melhor das hipóteses, um déficit refletia uma dura necessidade. Certamente não tinha nenhum valor positivo. Ou pelo menos assim era até o advento da Era Keynes.”* (Galbraith, 1994; p. 73)

Frente à crise, e baseado na experiência de recuperação econômica que alguns países da Europa e os Estados Unidos experimentavam, em 1936, Keynes então lançou a Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda, que continha as bases da teoria *keynesiana*. A obra de Keynes representou uma mudança profunda no pensamento econômico, de maneira que se tornou durante algumas décadas consenso entre os economistas do mundo. Segundo Cardim (2004), até meados da década de 1960, havia uma espécie de consenso *keynesiano* no que diz respeito à teoria e política monetária.

Ao focar a determinação do nível de produto em economias monetárias, a partir de flutuações de demanda agregada, Keynes demonstrou que a renda de equilíbrio não corresponde necessariamente ao pleno emprego. Este passou a ser visto como uma situação limite entre as várias posições de equilíbrio, e que só ocorreria se os gastos em investimento fossem suficientes para suprir a lacuna entre a renda potencial e o consumo a este nível de renda. Keynes rejeitou a visão de que o sistema econômico é estável e auto-regulável, tendendo a um equilíbrio ótimo se deixado à própria sorte. Ao contrário, mostrou a possibilidade de que a economia permaneça em equilíbrio com



desemprego, sem que exista qualquer mecanismo automático de convergência ao pleno emprego.

Keynes talvez tenha sido o primeiro a questionar efetivamente a Lei de Say, até então consenso entre os estudiosos de economia. De acordo com a Lei de Say, a atividade econômica deveria se basear na igualdade entre investimento e poupança. Já na sua obra *Tratado sobre a Moeda*, de 1930, ele começou a expor sua discordância quanto a essa visão. Fustfeld (2001) fez referência as críticas de Keynes a Lei de Say, presentes nessa obra:

*“O argumento central do livro assentava-se na distinção entre investimento e poupança e as diferentes razões que os motivam. A Lei de Say insistia em que os dois tinham de ser iguais. Quando a poupança excedesse o investimento, a atividade econômica declinaria; se ocorresse o contrário, a atividade econômica expandir-se-ia.(...)”*

*De acordo com a teoria ortodoxa de pleno emprego incorporada à Lei de Say, qualquer quantia poupada encontraria seu caminho rumo ao investimento por meio do mercado monetário. Se houvesse uma tentativa da poupança exceder o investimento, um declínio na taxa de juros rapidamente ajustaria a situação; se o investimento superasse a oferta de poupança, a taxa de juros aumentaria e restabeleceria a igualdade.”* (Fustfeld, 2001; p. 171-172)

O questionamento a Lei de Say é na verdade a base para toda a teoria *keynesiana*. A partir da quebra do conceito central de que a oferta cria sua própria demanda, Keynes pode embasar sua teoria, que basicamente detonava a idéia de que os mercados se regulam de forma automática, sem qualquer tipo de intervenção externa. Sobre o novo pensamento, oposto a Lei de Say que surgia na década de 1930, Galbraith (1994), destaca:

*“A triste mas inescapável lição dos anos 30, como vimos, foi que era possível haver desemprego permanente e depressão permanente. A razão não é nada sutil: A Lei de Say não é imutável. A renda não é necessariamente gasta ou investida; em épocas de insegurança e dúvida quanto ao futuro, ela é guardada em dinheiro ou nos bancos, e estes podem estar assustados demais ou sofrendo demais com maus pagadores para quererem conceder empréstimos. Ou podem carecer de tomadores razoavelmente solventes. Também os preços não se acomodam necessariamente à redução da demanda. Na economia das corporações modernas eles têm uma certa rigidez ou estabilidade, o mesmo acontecendo com os custos dos salários.”* (Galbraith, 1994; p. 57)

Na teoria *keynesiana*, nem sempre a produção irá gerar demanda suficiente para que haja consumo das mercadorias produzidas. Podem haver períodos, assim como na década de 1930, onde há crises de superprodução, onde seria aconselhável que o Estado permitisse que houvessem déficits fiscais, o que permitiria um aumento da demanda efetiva e instituir uma situação de pleno emprego. Segundo Galbraith (1994, p. 57), aquela década foi uma manifestação de um equilíbrio em desemprego.

Ao se analisar a teoria *keynesiana*, deve-se destacar o papel que algumas idéias elaboradas anteriormente por outros autores tiveram para que Keynes pudesse desenvolver sua teoria. Fusfeld (2001, p.173) cita o trabalho de Knut Wicksell<sup>70</sup>, que já na década de 1920 havia afirmado que o equilíbrio natural era decorrente, não de alterações na taxa de juros, mas de mudanças no nível de atividade econômica, ou seja, em função de reduções do produto e do emprego. Fusfeld (2001, p.174) ainda destaca outros trabalhos importantes que serviram de substrato para a teoria *keynesiana*, dentre os quais se destaca a obra de William T. Foster<sup>71</sup> e Waddill Catchings<sup>72</sup>, que apontavam a necessidade do consumo ser estimulado para atender o crescimento da produção:

*“Desenvolveram o conceito de fluxo circular de dispêndios, segundo o qual o poder de compra precisava fluir continuamente de produtor para o consumidor e, deste, de volta àquele, a fim de manter a prosperidade. Lucros e poupança precisavam ser gastos imediatamente ou, então, o fluxo circular seria interrompido, o produto cairia e o desemprego em larga escala ocorreria. A idéia básica de que o consumo precisava ser estimulado para acompanhar a produção, mostrava-se completamente contrária ao preceito ortodoxo de que a produção criava sua própria demanda.”* (Fusfeld, 2001; p. 174)

Essa idéia de que a produção não cria efetivamente sua demanda seria talvez o conceito mais importante para que Keynes desenvolvesse sua teoria. Esse é o ponto de partida para que fosse desenvolvida uma teoria que demonstrasse a necessidade de intervenção na economia para que se atingisse um equilíbrio. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, reforçou e aprofundou essa questão reiterando que

---

<sup>70</sup> Knut Wicksell – economista sueco (1851-1926).

<sup>71</sup> William T. Foster – economista norte-americano (1879-1950), representante da escola de Harvard, e que ficou conhecido por suas obras: *Money* (1923), *Profits* (1925), *Business Without a Buyer* (1927), *The Road to Plenty* (1928), e *Progress and Plenty* (1930), todas escritas junto com seu colega Waddill Catchings.

<sup>72</sup> Waddill Catchings - economista norte-americano (1879-1967), representante da escola de Harvard, e que ficou conhecido por suas obras: *Money* (1923), *Profits* (1925), *Business Without a Buyer* (1927), *The Road to Plenty* (1928), e *Progress and Plenty* (1930), todas escritas junto com seu colega William T. Foster.

caso a poupança não fosse canalizada para o fluxo de dispêndios, a demanda agregada sofreria redução, gerando desemprego e estagnação.

Ao analisar o comportamento dos capitalistas, Keynes observou uma atitude frontalmente diferente dos investimentos em relação ao que era visto pelos ortodoxos. Ele enxergou que a atuação dos capitalistas não gira em torno somente da taxa de retorno esperada e da taxa de juros. Embora, esses pontos tivessem vital importância para elevar a taxa de investimento, outro fator que influencia de maneira fundamental o comportamento dos capitalistas são as expectativas quanto à atuação dos outros investidores. Frieden (2006) destacou a questão do investimento para Keynes:

*“Keynes entendeu que os investimentos também dependiam de expectativas em relação ao comportamento de outros investidores. Nenhum capitalista expandiria uma fábrica sem a possibilidade de demanda para os produtos – não importa quão baixos fossem os juros e salários. Se os investimentos de todos os capitalistas fossem feitos de acordo com suas expectativas quanto ao comportamento de outros capitalistas (e consumidores), a economia poderia ficar “presa” em uma armadilha que se auto-reforçaria, gerando um equilíbrio. A expectativa de uma estagnação reduziria os investimentos, o que faria que a estagnação continuasse”* (Frieden, 2006; p. 258)

Apesar de Keynes defender uma política monetária frouxa e baixas taxas de juros (Fusfeld, 2001, p. 177), segundo Frieden (2006) afirma que Keynes admitia que somente isso não bastava, principalmente em períodos mais conturbados da economia. Nesses momentos, os investidores, de maneira instintiva preferem poupar ao invés de gastar no setor produtivo. E como foi afirmado no texto de Frieden (2006), o comportamento do capitalista segue as expectativas do comportamento dos outros capitalistas. Dessa maneira, nesses momentos se cria um círculo vicioso que não permite a retomada econômica.

A relação desenvolvida por Keynes, entre investimento, poupança, demanda agregada e emprego, colocava o investimento como ponto central desse equilíbrio. Se os capitalistas investissem na produção e na contratação de mais empregados, a demanda aumentaria, aumentando o consumo e reaquecendo a economia. Porém como foi dito anteriormente, os investidores se comportam de maneira muito mais conservadora, impedindo o crescimento econômico. Frieden (2006), destaca que nessas condições nem mesmo o juro 0% é capaz de estimular os investimentos, uma vez que o credor com a

confiança abalada pode preferir guardar o dinheiro em espécie do que correr o risco de perde-lo.

É nesse momento que Keynes argumenta a necessidade de uma atuação enérgica do governo, aumentando seus gastos para estimular a retomada dos investimentos na economia. Esse ponto é onde encontramos na prática muitas semelhanças entre a teoria desenvolvida por Keynes e a política econômica implantada nos EUA e na Alemanha no início da década de 1930. Altos investimentos estatais gerando um déficit alto, mas conseguindo reaquecer a economia nacional. Frieden (2006), destacou esse ponto da teoria *keynesiana*:

*“O governo poderia romper esse círculo vicioso por meio de grandes gastos e empréstimos. Isso estimularia a demanda e provocaria uma grande mudança de expectativa; diante das novas condições, os capitalistas expandiriam os investimentos, as oportunidades de emprego e a produção. Uma política fiscal anticíclica – com gastos geradores de déficit – poderia alterar as expectativas e deixar a economia fluir.”* (Frieden, 2006; p. 258)

A relação entre essas variáveis da economia e o papel do estado na economia aparece de maneira bastante clara em Fustfeld (2001):

*“Sem alteração no desejo de reter moeda, o aumento da oferta de moeda rebaixa a taxa de juros. Uma taxa de juros reduzida estimula investimento adicional – contanto que a taxa de retorno esperado dos novos investimentos não se altere. Mais investimento faz aumentar então a renda nacional em determinado montante, por causa do efeito de propagação para toda a economia do aumento original do fluxo circular de dispêndios.*

*Keynes não confiava completamente na política monetária. Achava que a situação extremamente recessiva de meados da década de 1930 necessitava de um vasto programa de obras públicas financiado por empréstimos. Esse programa melhoraria diretamente o nível de emprego e o efeito multiplicador do aumentos dos gastos do governo elevaria ainda mais a renda, a demanda e o emprego.”* (Fustfeld, 2001; p. 178)

É claro que o *New Deal* norte-americano e a política econômica implantada por Hjalmar Schacht<sup>73</sup> estão em congruência com o pensamento *keynesiano*, porém principalmente quando falamos do exemplo alemão, encontramos algumas diferenças

---

<sup>73</sup> Hjalmar Schacht – economista alemão (1877-1970), presidente do *Reichbank* entre 1923 e 1930 e novamente entre 1933 e 1939, sendo que acumulou a presidência com o Ministério da Fazenda do III *Reich* entre 1934 e 1937.

importantes, até porque como afirma Frieden (2006), Schacht estava alinhado com a autarquia fascista enquanto Keynes era partidário de um intervencionismo socialdemocrata. Porém essas distinções se apresentam muita mais no campo político do que efetivamente econômico, principalmente enquanto a Alemanha não iniciava sua política expansionista a partir de 1938. É então completamente coerente falar que durante os primeiros anos do governo Hitler, no campo econômico, as ações governamentais muito se assemelhavam com aquelas presentes no trabalho teórico de Keynes.

## CONCLUSÃO

Esta monografia apresenta uma análise da ascensão nazista ocorrida na Alemanha na década de 1930, tendo como principal ponto de estudo a reestruturação econômica e política ocorridas. Para tal análise, foi proposto um estudo que aprofundasse nas principais reformas políticas e econômicas realizadas naquele país durante os primeiros anos do governo nazista (1933-1938), tendo sempre como pano de fundo o contexto internacional e as peculiaridades da história alemã.

Para se atingir tais objetivos, foi realizada uma contextualização que abordou questões referentes a história alemã desde a unificação do país em 1871 até o final da República de Weimar em 1933, assim como questões referentes política e economia internacionais, destacando a crise do pensamento liberal na década de 1920 e a Grande Depressão no início dos anos 30. Além disso, observou-se como se deu o crescimento do Partido Nazista na década de 1920, como isso levou à ascensão de Hitler em 1930 e como as idéias foram implantadas no campo político após a tomada do poder. Para finalizar, essa monografia tratou da reforma econômica que retirou a Alemanha da crise, realizando um paralelo entre as características dessa reforma com a política econômica do *New Deal* norte-americano e a Teoria *Keynesiana*.

Após esse estudo, pode-se concluir que o fenômeno da ascensão nazista na Alemanha deu-se tanto em função de fatores tipicamente internos quanto em função de uma conjuntura internacional. A Alemanha não possuía tradição democrática quando se iniciou a República de Weimar, em 1919. Essa não tradição aliada a maneira aparentemente casual com que a República se iniciou, não permitiu que aquele governo tivesse uma legitimidade efetiva frente a população. Porém, ficou evidente que isso foi apenas um dos fatores que facilitou a ascensão de Hitler. É fundamental entender o contexto internacional de crise das democracias liberais pelo mundo, o que evidentemente demonstra que o fenômeno alemão não foi local. Além disso, é importante ressaltar que a crise econômica pós quebra da Bolsa de Nova York em 1929 enfraqueceu ainda mais a base política da República, uma vez que a política econômica de orientação ortodoxa não teve capacidade de reverter os sinais da crise.

Conclui-se também nesse trabalho, que as reformas políticas realizadas nos primeiros anos do governo de Hitler, viabilizadas em função da alta popularidade

adquirida pelo ideal nazista desde a década de 1920, serviram de suporte para a realização de uma série de medidas econômicas que conseguiram um sucesso considerável no combate a crise econômica. Através de uma política econômica altamente intervencionista e de aumento contínuo dos gastos do governo, Hitler conseguiu reverter a crise, embora tal política tenha tido como preço um grande aumento do déficit orçamentário.

Para finalizar, conclui-se que essa política econômica implantada na Alemanha naquele momento se assemelhava com o New Deal norte-americano e na verdade em muito materializa o que foi escrito por Keynes. Assim como no modelo americano, a política econômica adotada na Alemanha possuía características *keynesianas*, embora no campo político não houvesse congruência nas idéias de Hitler e de Keynes, uma vez que esse era partidário da social democracia. Embora essa questão seja bastante controversa, o que ficou claro é que após o início da política expansionista nazista em 1938, a política econômica alemã iniciou um afastamento das idéias de Keynes, porém nos anos anteriores ela esteve muito próxima das idéias presentes na Teoria *Keynesiana*.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRESCIANI-TURRONI, C. (1989). Economia da Inflação: O Fenômeno da Hiperinflação Alemã nos Anos 20, Expressão e Cultura, Rio de Janeiro

DELORME PRADO, Luis Carlos. A Economia Política da Grande Depressão da Década de 1930 nos EUA: Visões da Crise e Política Econômica, Semelhanças e Diferenças com a Crise Atual. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16088025/Luiz-Carlos-Delorme-Prado>>. Acesso em 10 set. 2010.

CARDIM, Fernando (2004). Teoria e política monetárias: Uma visão pessoal sobre uma relação difícil. Econômica, Rio de Janeiro.

CIPOLLA, Carlo M. (1979). Historia Económica de Europa, 6ª Ed., Ariel, Barcelona

CURY, Vânia Maria (2006). História da Industrialização no Século XIX, Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

FEIJÓ, Ricardo Luis C. (2009). Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944). Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), p.. 245-266.

FEST, Joachim (1973). Hitler, 2ª Ed, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

FEST, Joachim (2002). No Bunker de Hitler – Os Últimos Dias do Terceiro Reich, Objetiva, Rio de Janeiro.

FREITAS FILHO, Almir P. (1995). A economia capitalista na década de 1920: uma introdução. Programa Editorial da Faculdade de Economia e Administração, UFRJ, Rio de Janeiro.

FRIEDEN, Jeffry A. (2006). Capitalismo Global: História econômica e política do século XX, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro.



FUSFELD, Daniel R. (2001). A Era do Economista, Saraiva, São Paulo.

GALBRAITH, J. K. (1994). Uma viagem pelo tempo econômico, 1ª Ed., Pioneira, São Paulo.

HARDACH, Karl (1980). The Political Economy of Germany in the Twentieth Century, 1ª Ed., University of California Press, Berkley.

HITLER, Adolf (1925). Minha Luta. Disponível em: <<http://www.livrodegraca.com/2009/03/minha-luta-mein-kampf.html>>. Acesso em 7 set. 2010.

HOBBSBAWM, Eric (1994). Era dos Extremos, 2ª Ed., Companhia das Letras, São Paulo.

JAMES, Harold (2004). The Nazi Dictatorship and the Deutsche Bank. Cambridge University Press, Cambridge.

OVERY, J.R. (1982). The Nazi economic recovery 1932-1938, 2ª Ed., Cambridge University Press, Cambridge.

RICHARD, L (1988). A República de Weimar (1919-1933), Companhia das Letras, São Paulo.

SCHANCT, Hjalmar (2001). Setenta e Seis Anos de Minha Vida, Editora 34, São Paulo.

SHILER, William L. (1960). Ascensão e Queda do III Reich, Volumes I, II, III e IV, Editora Civilização Brasileira S.A.; Rio de Janeiro

SILVERMAN, Dan P. (1998). Hitler's Economy : Nazi Work Creation Programs, 1933-1936. Harvard University Press, Harvard.

SOUZA, Nali de Jesus (2005). Desenvolvimento de Outros Países: França, Alemanha, Itália, Portugal, Canadá e Austrália, 5ª Ed., Atlas, São Paulo.

SPIELVOGEL, Jackson J. (1988). Hitler and Nazi Germany: A History, 4ª Ed., Prentice Hall, New Jersey.

STACKELBERG, Roderick (1999). A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados, Imago Editora, Rio de Janeiro.

WEITZ, John (1997). Hitler's Banker: Hjalmar Horace Greeley Schacht. Little Brown and Company, Boston.

WELSH, David (2002). The Third Reich. Politics, and Propaganda. Routledge, New York.